

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

VÂNIA RIBEIRO GOMES

O PAPEL DO ACESSO À ÁGUA NO TRABALHO REPRODUTIVO DAS MULHERES
DO SEMIÁRIDO BAIANO

SÃO PAULO

2018

Vânia Ribeiro Gomes

O PAPEL DO ACESSO À ÁGUA NO TRABALHO
REPRODUTIVO DAS MULHERES DO
SEMIÁRIDO BAIANO

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Clarissa Goulart Paradis

São Paulo

2018

Ficha Catalográfica

GOMES, Vânia Ribeiro

O papel do acesso à água no trabalho reprodutivo das mulheres do semiárido baiano / Vânia Ribeiro Gomes. São Paulo: FLACSO/FPA, 2018.

92 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2018.

Vânia Ribeiro Gomes

O PAPEL DO ACESSO À ÁGUA NO
TRABALHO REPRODUTIVO DAS
MULHERES DO SEMIÁRIDO
BAIANO

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas, Faculdade Latino-Americana
de Ciências Sociais, Fundação Perseu
Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de
Magíster en Estado, Gobierno y
Políticas Públicas.

Aprovada em

Profa. Dra. Clarissa Goulart Paradis
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Marilane Oliveira Teixeira
Universidade Estadual de Campinas

Profa. Dra. Maria do Carmo Godinho Delgado
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Me. William Vella Nozaki (suplente)
Fundação Escola e Sociologia e Política de São Paulo

*Aos meus amores: Vanda, Jaçon, Carlos Henrique, Emerson,
Andreia, André e Ellen, dedico.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço de uma maneira geral a todas as pessoas que possibilitaram, direta ou indiretamente, a conclusão desta dissertação.

Agradeço de maneira muito carinhosa aos meus pais, meus irmãos e sobrinhos pelo apoio e amor. Agradeço ao meu companheiro Carlos Henrique que há 11 anos me apoia, encoraja, inspira e alegra meus dias com todo amor que há nessa vida.

Agradeço as mulheres de Iramaia, principalmente aquelas que dedicaram um pouco do seu tempo tão escasso pela sobrecarga do trabalho doméstico, para responder minhas questões sobre o tema abordado nessa dissertação.

Agradeço de maneira muito especial a Rafael Freire Neto, e em seu nome agradeço as/aos companheiras/os da Confederação Sindical de Trabalhadoras/es das Américas – CSA, pelo apoio tão importante durante todo o decorrer do mestrado.

Agradeço especialmente à minha orientadora Profa. Clarisse Paradis, que me recebeu de maneira comprometida, paciente e muito carinhosa. A sua orientação foi fundamental para que essa dissertação nascesse. Aprendi muito durante esses meses. Obrigada por todo apoio.

Agradeço ainda a todos/os companheiras/os da Fundação Perseu Abramo (FPA) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) por todo apoio durante os dois anos de mestrado. Assim como as/os professoras/es que compartilharam conosco conhecimentos. Agradeço também as/aos companheiras/os que fizeram o mestrado comigo, aprendi muito com cada um de vocês.

“Perto de muita água, tudo é feliz”

Guimarães Rosa, *Grande Sertões Veredas*

“Já se pode ver ao longe

A senhora com a lata na cabeça

Equilibrando a lata vesga

Mais do que o corpo dita

Que faz o equilíbrio cego

A lata não mostra

O corpo que entorta

Pra lata ficar reta

Pra cada braço uma força

De força não geme uma nota

A lata só cerca, não leva

A água na estrada morta

E a força que nunca seca

Pra água que é tão pouca”

Chico César e Vanessa da Mata, *A força que nunca seca*

RESUMO

A presente dissertação aborda a relação entre a divisão sexual do trabalho e o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) no município de Iramaia, Bahia. Nos três capítulos serão apresentados fatores que corroboram a confirmação da importância de construção e implementação de políticas públicas tendo a questão de gênero como central. Durante a pesquisa ficou evidente que a participação dos movimentos sociais, em especial movimentos de mulheres é fundamental para a implementação e para o êxito de políticas públicas que combatam a desigualdade de gênero. As entrevistas realizadas com mulheres beneficiadas pelo P1MC foram fundamentais para entender o cotidiano das mulheres rurais e a luta dessas mulheres pela transformação das suas vidas. Percebemos como elas são fundamentais para a garantia da segurança hídrica e alimentar no semiárido. A partir da nova visão de convivência e não combate à seca foi possível transformar a realidade no sertão. Hoje o acesso a água é mais democrático, porém a pesquisa nos mostrou que a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados sobre as mulheres sertanejas, que vivem no município pesquisado e foram beneficiadas pelo programa, continua intacta. A cisterna contribui de maneira decisiva para retirar da mulher a tarefa das longas caminhadas diárias, em busca de água limpa, com a lata d'água na cabeça, o que colabora para diversos problemas de saúde acarretados pelo esforço físico. Sem essas caminhadas as mulheres adquirem um “tempo livre” que foi preenchido, principalmente, por tarefas domésticas ou de cuidados. Concluímos que as políticas públicas para as mulheres precisam necessariamente considerar que a divisão sexual do trabalho é central na manutenção da desigualdade de gênero.

Palavras-chave: Cisternas; trabalho reprodutivo; igualdade de gênero

RESUMEN

La presente disertación aborda la relación entre la división sexual del trabajo y el Programa Un Millón de Cisternas (PIMC) en la ciudad de Iramaia, Bahía. En los tres capítulos se presentan factores que corroboran la confirmación de la importancia de construcción e implementación de políticas públicas teniendo la cuestión de género como central. Durante la investigación se evidencia que la participación de los movimientos sociales, en especial movimientos de mujeres, es fundamental para la implementación y el éxito de políticas públicas que combatan la desigualdad de género. Las entrevistas realizadas con mujeres beneficiadas por el PIMC fueron fundamentales para entender el cotidiano de las mujeres rurales y la lucha de esas mujeres por la transformación de sus vidas. Se percibe cómo son fundamentales para garantizar la seguridad hídrica y alimentaria en una región semiárida. A partir de la nueva visión de convivencia y de no combate a la sequía fue posible transformar la realidad en el “sertão”. Hoy el acceso al agua es más democrático, aunque la investigación nos ha mostrado que la sobrecarga de trabajo doméstico y de cuidados sobre las mujeres que viven en el municipio investigado y se beneficiaron del programa sigue intacta. La cisterna contribuye de manera decisiva a retirar de la mujer la tarea de las caminatas diarias por lo menos una hora, en busca de agua limpia con la lata de agua en la cabeza lo que colabora para diversos problemas de salud acarreados por el esfuerzo físico. Sin estas caminatas las mujeres adquieren un "tiempo libre" que ha sido cumplimentado por tareas domésticas o de cuidados. Concluimos que las políticas públicas para las mujeres necesitan necesariamente considerar que la división sexual del trabajo es central en el mantenimiento de la desigualdad de género.

Palabras clave: Cisternas; trabajo reproductivo; igualdad de género

LISTA DE SIGLAS

- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- ANA – Agência Nacional das Águas
- ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro
- ASAMIL – Associação do Semi-Árido da Microrregião de Livramento
- BNB – Banco do Nordeste
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco
- CODEVASF – Companhia De Desenvolvimento Do Vale Do São Francisco
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- CPTSA – Centro de Pesquisa Tecnológica do Semiárido
- DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
- DST – Divisão Sexual do Trabalho
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ENCONASAS – Encontros Nacionais da ASA
- FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
- FETRAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil
- GRH – Gestão de Recursos Hídricos
- GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente da Bahia
- IOCS - Inspetoria de Obras Contra a Seca
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MATOPIBA – Resulta de um acrônimo formado com as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MESA – Ministério Especial de Segurança Alimentar

MHA – Milhões de Hectares

MMM – Marcha Mundial das Mulheres

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

OCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

ONGs – Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas

P1MC – Programa Um Milhão de Cisterna para o Semiárido

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PT – Partido dos Trabalhadores

SEDES – Secretaria de Desenvolvimento social e Combate à Pobreza - Bahia

SPM/PR – Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	01
2. MULHERES: ENTRE A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO SOCIAL	06
1. O conceito de gênero e o ideal da igualdade	06
2. Divisão sexual do trabalho	10
3. As mulheres na luta pela transformação do Estado e por políticas públicas	13
3. CONVIVER COM A SECA: UMA NOVA ORIENTAÇÃO PARA A/O SERTANEJA/O	20
1. O contexto do semiárido Baiano	20
2. As relações de poder que permeiam o acesso a água no semiárido brasileiro	22
3. O programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)	34
4. A desigualdade de gênero no contexto do semiárido e a necessidade de acesso à água	37
4. AS MULHERES, AS CISTERNAS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	40
1. Quem são as mulheres do semiárido	41
2. Buscar água é serviço de mulher?	45
3. Mulheres e cisternas	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
7. ANEXOS	70

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, historicamente, predominou uma visão sobre o semiárido marcada pelas suas limitações. O sertão só aparecia no noticiário nacional pelas longas estiagens e suas consequências para a população mais pobre.

Nós, nordestinos/as do semiárido, conhecemos bem a seca e as “políticas” tradicionais, que prometiam a salvação para a falta de água e suas consequências devastadoras. Essas ações estavam baseadas em intervenções para combater à seca e priorizavam as grandes obras como os açudes e poços artesanais, além do abastecimento de água via carro-pipa. Essas ações, sempre emergenciais e nunca preventivas, têm em comum o fortalecimento da elite econômica e política do sertão e não resolviam o problema da população mais pobre que seguia sem acesso a água e consequentemente sem renda, saúde e alimentação.

Os problemas históricos relacionados à seca (coronelismo, indústria da seca, etc.) passaram a ter outra conotação a partir da consolidação da luta dos movimentos sociais do campo, especialmente com o surgimento Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que pautou a convivência com o semiárido, passando a ser a principal orientação para as novas políticas públicas, abandonando a velha ideia de combate à seca. Com o projeto político do governo Lula essa visão foi se materializando em políticas concretas.

O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), objeto da nossa pesquisa, nasceu a partir de uma nova relação entre Estado e sociedade civil. Pela primeira vez, uma política pública para o Semiárido foi pensada e implementada tendo como objetivo central conviver com a seca e mitigar seus efeitos. O P1MC tem como principal objetivo a democratização do acesso à água potável para a população rural espalhada na região do semiárido brasileiro ou sertão, como é conhecido popularmente.

O P1MC consiste em um programa que prevê mobilização, participação e capacitação da comunidade beneficiada. A mobilização envolve a construção das cisternas e a apropriação das formas de convivência com o Semiárido. Além de formar para o gerenciamento de recursos hídricos e ensinar como manter as cisternas em boas condições.

Cada cisterna possui uma capacidade de armazenamento de 16 mil litros de água, o que garante até oito meses de água potável. São construídas com placas sólidas de cimento e acumulam a água da chuva captada nos telhados das casas. A família beneficiada com a cisterna utilizará essa água para beber e para o preparo de alimentos.

Essa dissertação consiste numa pesquisa sobre a percepção das mulheres beneficiárias do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) no município de Iramaia, na Bahia. O objetivo da pesquisa foi discutir se essa política pública pode interferir na divisão sexual do trabalho, e se pode contribuir na conquista de autonomia das mulheres beneficiadas. Algumas das questões que nortearam a pesquisa de campo foram: Quem cuida da cisterna? A construção de uma cisterna de placas ao lado da casa facilitou o acesso a água? Com a construção da cisterna ao lado da casa o trabalho dessas mulheres aumentou ou diminuiu? Essas mulheres têm participação em espaços de organização da comunidade local? Existem espaços de organização para essas mulheres? A cisterna ajudou na autonomia dessas mulheres? Se ajudou, de que modo ajudou? A construção das cisternas possibilitou novos arranjos na divisão das tarefas entre os membros das famílias?

Tendo as mulheres rurais como foco, a dissertação buscou analisar se essa política pública influencia o trabalho de reprodução exercido majoritariamente pelas mulheres e a divisão sexual do trabalho nas famílias beneficiadas. Nos debruçamos sobre a questão: Podemos considerar que essa política pública colabora na autonomia das mulheres beneficiadas pelo programa? Uma vez que consideramos extremamente importante a incorporação da perspectiva de gênero na formulação e implementação de políticas públicas sobre a água. Foi extremamente importante conversar com as mulheres beneficiadas para perceber se houve impactos dessa política na vida cotidiana das beneficiadas pelo P1MC.

Sabemos que o acesso a água está vinculado a relações de poder e de desenvolvimento de uma região. Ao escrever sobre mulheres e o P1MC é importante chamar a atenção para o fato que a formulação de políticas públicas voltadas à democratização do acesso à água precisam ter as mulheres como foco principal.

Para realizar a pesquisa foi extremamente importante a minha vivência pessoal, uma vez que nasci no município e convivi com a realidade da insegurança hídrica, assim como o referencial teórico composto por autoras/es que analisam e discutem questões sobre as mulheres e suas relações com água e com o semiárido, desde uma perspectiva feminista.

O município de Iramaia localiza-se a 409 km de Salvador, na região do Semiárido baiano. Possui um pouco mais de 11.000 habitantes (IBGE, 2016) e um baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal¹ (IDHM) 0,571 em 2010, comparado com o IDHM encontrado par ao Brasil que é de 0,7271 em 2010 (PNUD, IPEA, FJP. 2013). Como já falamos a escolha de Iramaia para a pesquisa se deu por motivos pessoais, sempre presenciei no município a escassez de chuva e a relação das mulheres com a água sempre me chamou muita atenção. São inúmeras as estórias que sempre escutei de mulheres com lata d'água na cabeça, fugindo de bois ou saltando cercas; mulheres com crianças caminhando por horas no sol quente; entre tantos outros relatos. Pesquisar os impactos do PIMC na vida de algumas dessas mulheres fortes e guerreiras foi um grande prazer e também um desafio.

Para atingir o objetivo proposto, além da pesquisa bibliográfica, realizamos entrevistas com algumas das mulheres beneficiadas pelo programa utilizando questionário de perguntas abertas. Foram entrevistadas oito mulheres durante o mês de julho de 2017. Essas entrevistas nos permitiram entender melhor como as mulheres beneficiadas pelo PIMC percebem o programa e se essa política pública é capaz de contribuir para mudanças na vida cotidiana delas. As mulheres entrevistadas foram fundamentais para essa dissertação. Durante as entrevistas foi possível perceber o valor que elas atribuem às cisternas e à relação entre a água e o Semiárido, suas crenças, o que elas esperam, sentem ou desejam sobre suas vidas, assim como entender o cotidiano de vidas com muito trabalho e luta pela sobrevivência.

O primeiro capítulo se dedica à apresentação de alguns conceitos que servem de alicerce para caracterizar a realidade das mulheres beneficiárias do PIMC em Iramaia, tais como gênero, divisão sexual do trabalho e políticas públicas. Entender a divisão sexual do trabalho foi crucial para pensar a importância de discutir esses dois temas no contexto, desenho e implementação de uma política pública.

No capítulo II vamos discutir as disputas políticas em torno do problema da seca, especialmente a partir da ideia de “indústria da seca” e como a luta dos movimentos sociais do campo, especialmente da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) contribuiu para repensar os marcos das políticas para essa região. Por fim, vamos apresentar o Programa um Milhão de

¹ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Cisternas (P1MC), que começou a ser implementado em 2003 e também analisar as especificidades da vida das mulheres sertanejas.

No terceiro capítulo, vamos apresentar os resultados do trabalho de campo. Analisaremos como as mulheres sertanejas são forjadas no trabalho e sua relação com a água e com as cisternas. Essas mulheres são o motivo da escolha deste tema. Sempre me inspirei nelas, mulheres fortes, que assumem para si a relação com sertão, que entendem a importância da água e principalmente como elas incorporaram uma nova forma de enxergar a vida no semiárido. Mesmo com toda carga de trabalho doméstico, de cuidados, da labuta da roça e com os animais, elas não perdem a força e o brilho e entenderam bem o significado da convivência com o semiárido.

Chegamos à conclusão de que o P1MC não conseguiu aliviar a carga de trabalho doméstico no dia a dia das mulheres, mas a cisterna virou a rainha do sertão porque elas visualizaram nessa política pública uma conquista que alivia o cansaço físico que as longas caminhadas em busca de água lhes causavam cotidianamente e para garantia da segurança hídrica e alimentar das suas famílias.

Não podemos deixar de levar em consideração que as desigualdades entre a população rural e urbana ainda existem de maneira forte e visível no Brasil. O acesso às políticas públicas para a população rural sempre foi baixo, além da realidade de grande desigualdade de gênero que persiste mais fortemente no campo. Ficou mais evidente para nós que na zona rural a estrutura familiar se expressa, geralmente, seguindo os padrões patriarcais e o trabalho da mulher é sempre invisível. Elas são as responsáveis por atividades do lar e de cuidado dos filhos, idosos e quem mais necessite; além das atividades agrícolas e do cuidado com os animais de pequeno porte que, na maioria das vezes, são destinados para a alimentação da família, elas têm que garantir água potável para consumo e higiene de todos os moradores da casa.

De uma maneira geral, foi possível perceber que a atividade de buscar água, para realizar os afazeres domésticos, foi e continua sendo até hoje exercida pelas mulheres da zona rural. Mesmo com a chegada das cisternas em algumas comunidades, permanece como papel da mulher providenciar a água para lavar, cozinhar, beber, tomar banho e molhar as plantas. As cisternas de placa captam água da chuva garantindo o consumo da família beneficiada por até 8 meses. Porém, se o período de estiagem for maior que esse, para obter água será preciso voltar a realizar as longas caminhadas diárias até onde se obtenha água potável ou esperar o caminhão-pipa enviado pelo poder público municipal.

Constatamos que o PIMC ajudou a melhorar a qualidade de vida das mulheres do semiárido, no que diz respeito a ganhar tempo e diminuir o esforço físico que demandava a operação de buscar e carregar a água na própria cabeça ou no lombo de animais. Ter uma cisterna de placas ao lado da casa garante água potável para toda família, além de melhorar a saúde física das mulheres e crianças que tinham sua saúde comprometida pela sobrecarga física. Essa tarefa demandava em média para as mulheres uma hora ou duas por dia.

A chegada das cisternas mudou de alguma forma o cotidiano das mulheres da zona rural do Município de Iramaia, porém o programa poderia ter contribuído para mudanças ainda mais significativas no cotidiano delas. O curso de gestão de recursos hídricos é um belo momento de formação para as mulheres. Percebemos que as mulheres beneficiadas pelas cisternas se tornaram mais interessadas em participar dos cursos sobre manejo da água e têm maior consciência sobre a importância da água e as formas de utilização e aproveitamento.

Ouvindo as mulheres durante as entrevistas pensamos que o tema da divisão sexual do trabalho poderia ser uma das pautas do curso e assim contribuir com a construção de uma nova consciência onde essas famílias beneficiadas pelo programa percebessem que as tarefas domésticas e de cuidado são atividades que devem ser realizadas por todos os membros da família não só pelas mulheres da casa.

2. MULHERES: ENTRE A PRODUÇÃO E A REPRODUÇÃO SOCIAL

Nesse capítulo vamos abordar três conceitos fundamentais: gênero, divisão sexual do trabalho e políticas públicas. Esses três conceitos nos ajudam a pensar porque as desigualdades entre mulheres e homens permanecem e nos ajudam a entender a divisão sexual do trabalho como uma prática social histórica que conserva as tradições que designam o que é trabalho de homem e trabalho de mulher.

Compreender o conceito de gênero nos ajuda a entender que a divisão sexual do trabalho está inserida na nossa sociedade que historicamente promove e determina o trabalho de produção para os homens e de reprodução para as mulheres. Compreendendo esses conceitos, torna-se evidente a necessidade de construir políticas públicas que promovam a igualdade.

1. O conceito de gênero e o ideal da igualdade

Danièle Kergoat (2014) aponta que a sociologia dos estudos de gênero tem mais de quarenta anos e, como todas as outras disciplinas, tem uma história de debates, de divisões e de correlações de forças. Assim, quando o conceito de gênero se impôs na década de 1990 na França, representou o fim de uma verdadeira disputa entre os defensores do termo gênero e de uma abordagem em termos de relações sociais de sexo. Segundo a autora:

Portanto o que hoje é chamado de sociologia de gênero na verdade é um campo de pesquisa desencadeado não só em razão da diversidade dos seus objetos, mas também do ponto de vista das suas orientações teóricas. Quanto à noção de gênero, hoje existem usos muito diferentes entre si, mas todos dão importância mais ou menos central ao trabalho. (KERGOAT, 2014, p. 16).

A historiadora estadunidense, feminista, Joan Scott, delineou no fim da década de 1980 uma nova forma de pensar gênero. Em “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, a autora foi influenciada pelas correntes pós-estruturalistas que se inspiraram no pensamento de Foucault e Derrida, e reforçou o conceito de gênero para além de um instrumento de descrição:

Vejo agora que o lugar da mulher na vida social humana não é, de qualquer forma direta, um produto das coisas que ela faz, mas do significado que suas atividades adquirem através da interação social concreta"². Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas interrelações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança. Finalmente, é preciso substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por algo como o conceito de poder de Michel Foucault, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em "campos de força" sociais³. (SCOTT, 1995, p. 86).

O conceito de gênero traz em si questões históricas e tem referências nas relações de desigualdades entre homens e mulheres. Segundo Scott (1995), gênero é uma categoria de análise sociológica e histórica, que permite compreender as relações sociais que estabelecem saberes para a diferença sexual.

A autora também reconhece que “esses conceitos estão expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que afirma de maneira categórica e inequívoca o significado do homem e da mulher, do masculino e do feminino”. (SCOTT, 1995, p. 86).

As relações entre gênero e poder se estabelecem dentro de uma hierarquia. Quando falamos em poder estamos pensando nas relações sociais que muitas vezes polarizam o masculino e o feminino, e seus efeitos na vida cotidiana das mulheres. Essa relação entre poder e gênero muitas vezes aparece de forma subjetiva, em situações desiguais, onde o homem é o “dominador” e a mulher a “dominada”. Compreender a desigualdade de gênero, desmascarando essa oposição entre dominadores (homens) e dominadas (mulheres), é crucial para entender que essas relações de poder são construídas historicamente pela sociedade patriarcal.⁴

Conforme Vera Soares (2004) as diferenças de gênero são construídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem maior status que a construção social do ser mulher. Para a autora, o conceito de gênero é relacional, diz respeito sobre a interação entre o que é dito próprio do masculino e do feminino. Além do gênero, segundo a autora, categorias como

² Michelle Zimbalist Rosaldo, "The Uses and Abuses of Anthropology: Reflections on Feminism and Cross-Cultural Understanding", *Signs*(1980) 5:400.

³ Michel Foucault, *The History of Sexuality*, vol.1. /ntroduction (Nova York: Vintage, 1980); Michel Foucault, *Power/Knowledge: Selected /nterviews and Other Writings, 1972-1977* (Nova York: Pantheon, 1980).

⁴ Etimologia das palavras patriarcado/patriarcalismo vêm do Grego PATÉR, “pai”, mais ARKHÉ, “poder. Segundo Nalu Faria (2014) “Patriarcado considera que o mundo é dos homens, e as mulheres lhe são subalternas”.

raça, etnia e classe intersectam com o gênero, de modo a construir os lugares sociais dos sujeitos. (SOARES, 2004)⁵.

As mulheres lutam contra o discurso que legitima o corpo humano e as diferenças biológicas como base para as diferenças e desigualdades sociais. Esse discurso, contestado desde o século XVIII, se legitimava utilizando características como a força física distinta entre homens e mulheres para explicar que é da “natureza” feminina ser “frágil” e da “natureza” masculina ser “forte”. Esse debate ao redor da igualdade versus a diferença natural entre homens e mulheres adequa-se para explicar as posições sociais hierarquicamente diferentes, assim como para explicar as desigualdades estruturais que existem entre homens e mulheres na sociedade.

Segundo Scott (2005) existe um paradoxo com relação ao ideal de igualdade. Conforme a autora, as mulheres lutaram contra esse discurso e prática de legitimação das diferenças biológicas como forma de desigualdade e o fizeram a partir da identidade específica, a partir da diferença de ser mulher. Porém, esse paradoxo não é um problema uma vez que as mulheres buscavam tanto a igualdade de direitos, quanto o direito à diferença.

Quando a exclusão das mulheres da cidadania foi legitimada pela referência às diferentes biologias das mulheres e dos homens, a “diferença sexual” foi estabelecida não somente como um fato natural, mas também como uma base ontológica para diferenciação política e social. No período das revoluções democráticas, as mulheres foram consideradas como outsiders políticas, devido à diferença sexual. (SCOTT, 2005, p. 20-21).

Boaventura de Souza Santos (2003) sintetiza a falsa polêmica da oposição entre igualdade e diferença, reconhecendo que:

“[...]temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades”. (SANTOS, 2003, p. 56).

Podemos dizer que o conceito de gênero ajuda a pensar as desigualdades nas quais as mulheres vivem, uma vez que ele ajuda a perceber como a sociedade organiza a igualdade e a desigualdade. As relações de gênero podem ser vistas como efeito de processos políticos e sociais ou como um processo complexo propenso a transformações.

⁵ Para uma discussão sobre o conceito de interseccionalidade ver Crenshaw (2012).

Quando se fala em igualdade entre mulheres e homens, o sentido é a igualdade social e política, portanto fica visível que os homens têm imensos privilégios em todos os âmbitos: rendimento mais alto, acesso a melhores postos de empregos e salários, mais tempo de lazer, e dominam os espaços de poder político e econômico na sociedade.

Além disso, Scott (1995) aponta que o uso descritivo do termo "gênero" "trata-se de um terreno que parece fixo, mas cujo significado é contestado e está em fluxo" (SCOTT, 1995, p. 93). De acordo com a autora a história política tem sido jogada no terreno do gênero. As relações de gênero devem ser tratadas tendo como base as identidades socialmente e culturalmente construídas ao longo da história. Scott afirma que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça. Nesse contexto, Soares (2004) argumenta que:

Ao assumirmos que gênero é um termo relacional e é fundamental para o entendimento da realidade e condição das mulheres, estamos assim enfocando tanto os homens como as mulheres, mas as ações que estarão em vista nas políticas para construção da igualdade são ações, em geral, voltadas para as mulheres e procurarão reforçar as vozes das mulheres e a organização dos movimentos de mulheres para transformar sua situação; buscarão dialogar com toda sociedade para romper a construção cotidiana dos preconceitos e discriminações em relação às mulheres. (SOARES, 2004, p.114).

Podemos dizer que esse conceito tem influência em todo nosso cotidiano uma vez que esse reflete na nossa identidade, na visão que temos de nós e do mundo, nas expectativas que criamos e nas escolhas que fazemos.

A consolidação da luta feminista pela afirmação do direito a autonomia das mulheres e a igualdade é parte da construção de todos os processos de transformação que seguimos vivendo e, nesse contexto, a divisão sexual do trabalho segue destinando as mulheres à esfera reprodutiva e os homens à esfera produtiva. Entender o conceito de gênero é fundamental para entender como se conforma a divisão sexual do trabalho nessa sociedade patriarcal.

2. Divisão sexual do trabalho

No primeiro ponto desse capítulo, falamos que as distintas condições de vida das mulheres e dos homens não são simples consequências da sua sexualidade ou biologia. São construções sociais históricas e como toda relação social tem uma base material. No caso do trabalho, essas relações se manifestam pela chamada divisão sexual do trabalho.

Nalu Faria (2011) aponta que a divisão sexual do trabalho está na base social da opressão e da desigualdade. Segundo a autora, é preciso destacar que essa divisão é histórica, ou seja, foi sendo constituída, e por tanto não é imutável. Mas tem princípios que permanecem, o que modificam são as modalidades. Isso nos ajuda a pensar sobre a permanência dessa desigualdade. Kergoat (1996) aponta que as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são duas proposições indissociáveis que formam um sistema. Essa relação permitiu mostrar que as funções sociais exercidas por homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas sim construções sociais que têm uma base material. Portanto a divisão sexual do trabalho é construída como prática social, que organiza a desigualdade entre homens e mulheres na sociedade.

Segundo Hirata e Kergoat (2007), embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi na França dos anos 70, no contexto da segunda onda do feminismo, que um conjunto de trabalhos construíram as bases teóricas do conceito (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 597). De acordo com as autoras, “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos”. (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

Como já falamos, essa forma de dividir o trabalho é histórica e modulada a partir da visão de que aos homens cabe o trabalho que tem reconhecimento social, e às mulheres as funções que não tem reconhecimento social. As autoras apontam ainda que a divisão sexual do trabalho tem modalidades e se divide em dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 600). Esses dois princípios, segundo as autoras, são válidos para todas as sociedades conhecidas. Ainda segundo Kergoat (2003):

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas são antes de tudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho. (KERGOAT. 2003. P.1)

O reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, segundo Kergoat (2014), foi possível pelo que a autora chama de segunda onda do movimento feminista. Kergoat aponta que em um primeiro momento, as teorias do trabalho doméstico elaboradas em termos de modo de produção doméstica e *sexagem*⁶ vieram para modificar a definição clássica do trabalho, demonstrando que o trabalho doméstico não remunerado, excluído do mercado, entra plenamente na categoria do trabalho não reconhecido⁷. (KERGOAT, 2014, p. 17-18).

De acordo com Sonia Coelho e Sarah de Roure (2014) a divisão sexual do trabalho estrutura o mercado de trabalho e o ideal de família na sociedade capitalista e patriarcal, cujo modelo tem o homem como provedor e responsabiliza as mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados. (COELHO e ROURE, 2014, p. 77). Quando pensamos sobre a divisão sexual do trabalho é fundamental uma reflexão feminista sobre a dominação e a opressão das mulheres que é central na permanência da divisão sexual do trabalho como ela é hoje. Nos perguntamos por que o trabalho doméstico e de cuidados continua sendo realizado pelas mulheres?

Conforme Helena Hirata (2004), “a servidão doméstica parece assim refratária às grandes mutações da atividade feminina”. (HIRATA, 2004, p.44). Nas últimas décadas nós, mulheres, alcançamos muitos direitos na política, educação, saúde, participação no mercado do trabalho, entre outros avanços. Porém, o trabalho doméstico e de cuidado segue como tarefas quase que exclusivas femininas - principalmente quando este trabalho é realizado sem remuneração, e essa prática continua disseminada pelas instituições sociais, como a família, a igreja, a escola, etc.

Segundo Hirata, o trabalho doméstico carrega em si subjetividades e uma relação entre trabalho e afetividade. As transformações observadas nos últimos trinta anos na atividade

⁶ De maneira muito geral, a *sexagem* poderia ser entendida como a dominação de um grupo sobre outro, com base na naturalização (ou biologização) de uma relação social. (Kergoat, 2014, p. 17)

⁷ O debate sobre o trabalho doméstico hoje se desenvolve fazendo a relação com o trabalho dos cuidados. Cada vez mais fica visível a importância de debater a questão do trabalho doméstico e dos cuidados na família, como uma forma de combater as desigualdades de gênero no mercado de trabalho e nas relações familiares.

profissional das mulheres não foram acompanhadas, no universo doméstico, por mudanças notáveis na partilha do trabalho doméstico entre os sexos. Eugenia Leone (2017) argumenta que por mais que as mulheres compartilhem com os homens o sustento da família o quesito divisão sexual do trabalho não acompanha esse ritmo.

Os avanços verificados ao longo do tempo não alteraram de maneira significativa o lugar da mulher na divisão sexual do trabalho doméstico. Destacamos que, segundo Hirata (2017), a atribuição do trabalho doméstico às mulheres permaneceu intacta em todas as regiões do mundo, com diferenças de grau na sua realização, dos modelos tradicionais aos modelos de delegação. “No Brasil, segundo o recenseamento da população de 2010, há 7.000.000 de pessoas no emprego doméstico, das quais cerca de 5% do sexo masculino”. (HIRATA, 2017, p. 162).

O trabalho de cuidado foi exercido, por muito tempo, por mulheres nos espaços “privados”, na casa da família, de forma gratuita e realizado aos idosos, crianças, doentes, pessoas com deficiência. Hoje é crescente o desenvolvimento das profissões relacionadas ao cuidado. Segundo Hirata (2017), a mercantilização e a externalização desse trabalho foi consequência, de um lado, do envelhecimento da população e, de outro, da inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho, tanto na França como no Brasil. Com a mercantilização, o trabalho feminino de cuidado gratuito e invisível, torna-se visível e é considerado, enfim, um trabalho (com seus corolários: formação profissional, salário, promoção, carreira, etc.). (HIRATA, 2017, p.153).

Pesquisas apontam que o trabalho doméstico remunerado é realizado majoritariamente por mulheres negras e pobres. Podemos dizer que é através do trabalho remunerado que as famílias de classe alta e média transferem para as mulheres pobres a execução das tarefas domésticas, e assim os homens seguem isentos de assumirem tais tarefas. Vale ressaltar que as mulheres que trabalham como empregadas domésticas e babás tem suas casas para limpar, filhos para cuidar, etc.

Outro ponto que chama atenção é o tempo destinado às tarefas domésticas e de cuidado. Como já abordamos antes, uma parte significativa do tempo das mulheres é dedicado a essas atividades. Conforme Fernanda Sucupira e Taís Viudes de Freitas (2014):

Há décadas o movimento feminista denuncia a sobrecarga de trabalho feminino e a invisibilidade dessas atividades”. O trabalho realizado pelas mulheres na esfera doméstica ficou durante muito tempo “oculto” nas estatísticas, “esquecido” nas análises econômicas e no debate político, pois escapava da ideia do trabalho produtivo que o “tempo é dinheiro”. Dimensionar a carga de trabalho das mulheres com essa atividade foi um passo importante em direção a seu reconhecimento social”. (SUCUPIRA e FREITAS, 2014, p. 105).

Também nos chamou a atenção o uso tempo das mulheres com filhos e marido. Dados do Ipea apontam que as mulheres com filhos dedicam, em média, 25,9 horas semanais a cuidados com a casa. Homens com filhos dedicam apenas 15,5 horas (IPEA, 2010). Outro dado que merece atenção é revelado por Sucupira e Freitas (2014), que reconhecem que “a presença do cônjuge pode resultar no aumento na jornada de trabalho doméstico das mulheres”. (SUCUPIRA e FREITAS, 2014, p. 118).

Importante ressaltar que para a sociedade capitalista a divisão sexual do trabalho é estruturante no que diz respeito a sua organização. Uma das principais argumentações ideológicas para a divisão sexual do trabalho é a naturalização da desigualdade. Pois para que as desigualdades entre homens e mulheres sigam imutáveis é fundamental seguir existindo “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”.

As mulheres devem permanecer com a tarefa do trabalho da reprodução e do cuidado, mesmo nos espaços públicos, e conseqüentemente com as tarefas domésticas – mesmo as mulheres que têm uma empregada doméstica e/ou babá, seguem responsáveis pela administração da casa. Ela que decide o que a empregada doméstica e/ou a babá deve fazer, assim como o que vai cozinhar ou não, a lista de compras, o horário das/os filhas/os, o acompanhamento escolar, etc.

Não podemos nos esquivar do debate sobre a divisão sexual do trabalho e o compartilhamento das tarefas domésticas entre homens e mulheres. O capitalismo aumentou a opressão e a exploração feminina e transformou o patriarcado em um aliado indispensável e importante para a manutenção da opressão e exploração das mulheres. Não é possível superar as desigualdades de gênero sem romper com a injusta e desigual divisão sexual do trabalho que prevalece hoje na sociedade.

3. As mulheres na luta pela transformação do Estado e por políticas públicas

A mulheres dedicam grande parte do seu tempo ao trabalho doméstico e de cuidados e ainda assim esses trabalhos são considerados um não-trabalho pela sociedade patriarcal. Podemos dizer que essa ideia de que as mulheres são as responsáveis pela manutenção do bem-estar da

família e que os homens os provedores financeiros, faz parte do legado histórico patriarcalista da nossa sociedade e segue sendo utilizada para justificar as desigualdades entre homens e mulheres. Nesse sentido a elaboração e implementação de políticas públicas que visem a igualdade de gênero deve fazer parte de um Estado democrático e essas políticas precisam ser voltadas à equidade de gênero, enfrentando a divisão sexual do trabalho, a desigualdade na família, promovendo a autonomia do corpo, combatendo o racismo e os preconceitos, e a falta de autonomia.

Sabemos que as lutas acumuladas dos movimentos feministas são responsáveis pelas políticas públicas para as mulheres implementadas no Brasil. Esses movimentos lutam para construir um Estado com a visão das mulheres e as políticas de igualdade avançaram no país nos últimos anos, porém, não conseguimos ampliar, nem aprofundar os avanços.

Nesse trabalho a política pública em foco é o “Programa 1 Milhão de Cisternas” (P1MC), conforme discutiremos no segundo capítulo. Percebemos que essa política é fundamental para as mulheres sertanejas, mas que ainda possui limites na ampliação da igualdade principalmente no tema da divisão sexual do trabalho. Esse ponto será aprofundando no capítulo III.

Segundo Clarisse Paradis (2013) “o engajamento teórico das feministas na conceituação o e análise do Estado se deu, sobretudo, a partir da crítica à “cegueira” ao gênero, comumente presente nas análises *mainstream*. Os conceitos mais tradicionais de Estado – weberiana o ou marxista –, segundo as análises, se mostraram claramente insuficientes para as teóricas feministas” (PARADIS, 2013, p. 9).

A autora reconhece que não há uma única leitura feminista do Estado, no entanto, as diferentes correntes políticas do movimento reconheceram que o Estado não é uma instituição neutra, ele age de forma “engendrada”. Sabendo que o Estado não é neutro e que muitas vezes chega a ser omissivo, os movimentos devem pautar políticas públicas para as mulheres reconhecendo o Estado como responsável pelo combate ao machismo e à desigualdade. Conforme Godinho (2004):

Um primeiro desafio a ser enfrentado na implementação de políticas públicas e na organização geral do Estado é interferir na pretensa “neutralidade” deste como proponente e articulador de uma ação política. E aqui estamos nos referindo a esta suposta “neutralidade” sob uma perspectiva de gênero. Ou seja, se cabe ao poder público modificar as desigualdades sociais, é preciso garantir que esta alteração também seja encarada de

um ponto de vista de gênero, alterando relações de poder e o acesso a direitos em sua dimensão social e política. (GODINHO, 2004, p. 55).

De acordo com Vera Soares (2004), o Estado tem o papel de construção de políticas públicas para as mulheres e, portanto, no alcance da igualdade. Segundo a autora, as políticas públicas não podem ser omissas nos temas centrais que sustentam as desigualdades no dia a dia das mulheres. Entendemos que se o Estado não enfrenta temas como a falta de autonomia pessoal, econômica e sexual, a divisão sexual do trabalho, o racismo e os preconceitos, entre outros, ele se torna sustentador da desigualdade de gênero.

Percebemos que a inclusão da questão de gênero na agenda governamental fez e faz parte do processo de aprofundamento da democracia no país. Um marco foi o processo de redemocratização do Brasil a promulgação da Constituição Federal de 1988⁸, que instituiu e consolidou avanços essenciais no prosseguimento dos direitos das mulheres e de relações de gênero mais igualitárias. Segundo Godinho (2004), “desde os anos 1980, o movimento de mulheres no Brasil reivindica que os governos elaborem e atuem na construção de políticas públicas tendo como foco as mulheres como cidadãs”. (GODINHO, 2004, p. 55).

Nos anos de 1990 o neoliberalismo avançou na América Latina de forma desastrosa. Seu efeito nas políticas públicas e por consequência na vida das mulheres foi muito grande. Segundo Maria Lucia da Silveira (2004) “as políticas neoliberais foram avassaladoras, colocando todos e todas que se preocupavam em dar um caráter público ao Estado a remarem contra a maré do Estado Mínimo e das políticas compensatórias” (SILVEIRA, 2004, p. 65).

A aplicação de recursos públicos na visão neoliberal diverge profundamente da visão idealizada nos marcos do Estado do Bem-Estar Social. Para os neoliberais, o direcionamento de orçamento público para políticas públicas que eliminem as desigualdades deve ser mínimo ou inexistente. Nos anos 90 o neoliberalismo se apresentava como hegemônico, porém, as mulheres

⁸A Constituição de 1988 incorporou no Artigo 5º, I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. E no Artigo 226, Parágrafo 5º: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher”. Esses dois artigos garantiram a condição de equidade de gênero, bem como a proteção dos direitos humanos das mulheres pela primeira vez na República Brasileira.

resistiram e o feminismo apareceu no centro das lutas antissistêmicas, ocupando as ruas, como por exemplo, na luta contra a ALCA⁹ (Área de Livre Comércio das Américas).

Segundo Paradis (2014) “a trajetória de luta das mulheres organizadas na América Latina pelo reconhecimento e ampliação da cidadania foi marcada por fundamentais questionamentos à ordem de privilégios patriarcais na região, que passaram da ordem colonial ao desenvolvimento dos Estados modernos”. (PARADIS, 2014, p. 63). Entre esses questionamentos podemos destacar as lutas por direitos democráticos como direito ao voto, ao divórcio, à educação, ao trabalho, à liberação sexual, questionar o papel da maternidade, da família e a divisão sexual do trabalho, além da luta sindical. As mulheres questionaram o seu lugar no espaço “privado” e passaram a assumir nas ruas suas indagações.

A importância da inclusão da perspectiva de gênero nas políticas públicas é discutida há algum tempo pelas feministas. Principalmente nas políticas de combate à pobreza, onde as mulheres são as maiores beneficiárias. É interessante ressaltar que diversos estudos sobre a pobreza na América Latina e Caribe, têm chamado a atenção para o fenômeno da “feminização da pobreza” ou da “pauperização das mulheres”.

O relatório divulgado em 24 de outubro de 2016, pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), aponta que a autonomia feminina enfrenta obstáculos como a miséria, a precarização do trabalho e a exclusão das mulheres das instâncias de decisões políticas (ONU, 2016). Segundo esse relatório, em 2002, para cada 100 homens vivendo em lugares pobres da região, havia 107 mulheres; em 2014 o número delas aumentou para 118. Salientamos que o mesmo relatório aponta que no mesmo período, a pobreza média nos Estados-membros da CEPAL caiu de 43,9% para 28,2%. (ONU, 2016).

O mesmo relatório informa que 29% das mulheres não tem renda própria, enquanto entre os homens a proporção é de 12,5%. Outro dado que chamam a atenção é que 26% das mulheres recebem salários inferiores ao mínimo estipulado pelas leis nacionais e que apenas 7%

⁹ Em 1995 os EUA lançaram a proposta da Alca que foi recebida com bons olhos pelos governos da região, cujos presidentes estavam comprometidos com o projeto neoliberal. Essa proposta de criar um espaço comum de comércio, surgida do principal país imperialista, apresentava um diferencial em relação a vários processos de negociações comerciais. As grandes empresas daquele país seriam as beneficiadas pelas regras estabelecidas [...]. Durante a luta contra a Alca, os movimentos sociais construíram um discurso de resistência que já apontava para algumas alternativas, entre as quais aparecia a integração dos povos. Feminismo e Integração da América Latina e Caribe. Publicação da SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2007, p.08.

das mulheres possuem renda igual ou superior a quatro salários mínimos enquanto a porcentagem entre os homens é de 16% (ONU, 2016).

Segundo Paradis (2013), “indiscutivelmente, as mulheres são a maioria entre os beneficiários dos programas internacionais e nacionais de bem-estar”. (PARADIS, 2013, p. 29). Embora muitas pesquisas recentes demonstrem que as mulheres aumentaram seu nível de escolaridade e acesso ao mercado de trabalho formal, as mulheres seguem mais pobres que os homens. Essa situação tem relação com a divisão sexual do trabalho, pois é o reflexo dessa desigualdade entre homens e mulheres. As mulheres encontram no mercado de trabalho um tratamento desigual. Essa desigualdade laboral se reflete principalmente nas diferenças salariais, nas oportunidades de ascensão profissional, na recorrência do assédio, informalidade, entre outras discriminações.

A formulação e implementação das políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de combate a todas as formas de discriminação depende de mobilização e diálogo com os movimentos sociais. É preciso um amplo processo de mobilização frente ao Estado pela reivindicação dessas políticas públicas. Como afirma Maria da Conceição Dantas (2013), “as mulheres, como sujeito político, têm pressionado o Estado e o sistema político brasileiro pela implementação de políticas de gênero que incidam a desigualdade entre homens e mulheres”. (DANTAS, 2013, p. 71). Percebemos que um problema frequente na formulação das políticas públicas é que elas não reconhecem a divisão sexual do trabalho. Se quer, mencionam este tema.

Outro ponto que nos chamou atenção durante as leituras para esta dissertação é que as pesquisas que tratam do acesso das mulheres à renda, salários, informalidade, etc., também não falam sobre a divisão sexual do trabalho. Encontramos pesquisas e debates sobre como melhorar a relação de renda entre homens e mulheres, mas não sobre o modelo de organização das famílias e a relação entre a divisão sexual do trabalho. As desigualdades entre homens e mulheres são tratadas sem levar em conta esse tema.

O PIMC (Programa Um Milhão de Cisternas), política pública pesquisada neste trabalho, é um grande exemplo de política construída a partir da mobilização de movimentos sociais e sociedade civil para propor uma política pública concreta e inclusiva para o Semiárido. O PIMC nasceu da estruturação e ordenação de experiências locais que provaram, ao longo dos anos, que é possível garantir o direito ao acesso à água de qualidade para as comunidades rurais.

Fica evidente que para a política pública ser executada é necessário um conjunto de fatores como a mobilização social, decisões e condições políticas dentro do Estado e diálogo permanente entre os gestores estatais e os movimentos sociais. Conforme Godinho (2004), muitas dificuldades da própria máquina pública complicam a execução das políticas e levam a fragmentação. Para a autora: “um desafio permanente é a construção de uma relação democrática e de instrumentos de elaboração e controle das políticas”. (GODINHO, 2004, p. 63).

A partir dos anos 2000, com a eleição de governos progressistas a América Latina passou por diversas mudanças na sua orientação política e econômica. De acordo com Renata Moreno (2014) esses novos governos trouxeram desafios para a atuação da luta feminista.

“Colocou novos desafios para a atuação feminista de reivindicação de políticas públicas e na relação com o próprio Estado. A retomada do papel do Estado, na condução da economia e na garantia do acesso da população a direitos e serviços que ampliam o bem-estar, convive com contradições e limites importantes definidos pela correlação de forças e também pela estrutura do capitalismo patriarcal e racista em nossos países, profundamente marcados pela desigualdade”. (MORENO, 2014, p. 7).

No Brasil, a partir de 2003 com o primeiro governo do presidente Lula (Partido dos Trabalhadores) começamos a viver um novo ciclo de construção de políticas públicas voltadas para as mulheres. Nesse mesmo ano foi criada a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR) com o objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente. Sabemos que o acesso a políticas públicas pode melhorar concretamente a vida das mulheres e permitir que haja uma valorização das suas contribuições para a sociedade.

Importante registrar que as mulheres rurais conseguiram nos últimos anos ampliar sua organização e conquistas. Podemos apontar que nos governos Lula (2003 -2011) e Dilma (2012 – 2016), as mulheres rurais tiveram acesso a políticas públicas para promoção da igualdade de gênero e inclusão na agenda governamental. Essas conquistas são resultado de anos de mobilização das trabalhadoras rurais e cumpriram um papel destacado na criação de políticas para o campo e garantia direitos como acesso documentação, à terra, ao crédito, aos serviços de assistência técnica e extensão rural, à comercialização e agregação de valor à produção, etc.

Segundo Butto (2011) as institucionalidades e as políticas voltadas à promoção da igualdade de gênero no meio rural são ainda muito recentes, estão em fase de consolidação e

necessitam ganhar escala, o que deve ser acompanhado do fortalecimento da agenda econômica na organização dos movimentos sociais de mulheres, para além da formulação de suas demandas¹⁰. (BUTTO, 2011, p. 33-34). Conforme Sonia E. Alvarez (2004): “Precisamos, então, estar mais atentas aos efeitos culturais das políticas e falas do Estado – inclusive aquelas produzidas pelas contracorrentes feministas que atuam no bojo do próprio Estado”. (ALVAREZ, 2004, p. 110).

Esse capítulo teve como objetivo pensar a relação entre gênero, a divisão sexual do trabalho e a construção de políticas públicas. Entendemos que as políticas públicas são aliadas fundamentais na estruturação da autonomia das mulheres e por isso devem incluir a perspectiva de gênero, além de buscar todo o tempo superar os limites que reforçam as incumbências tradicionais destinadas as mulheres na sociedade. As políticas públicas para as mulheres precisam levar em consideração a histórica divisão sexual do trabalho e suas consequências na vida das mulheres e assim promover ações que gerem igualdade de oportunidades e de direitos.

No próximo capítulo vamos discutir o semiárido baiano, a relação das mulheres sertanejas com a seca, assim como as relações de poder que atravessam o acesso a água nessa região e a nova realidade promovida pela Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), ao promover no sertão uma nova proposta de convivência com o semiárido, através de programas como o P1MC, ao invés da velha política de combate à seca como sempre foi proposto pelos poderosos.

¹⁰ Ressaltamos que com o golpe parlamentar que tirou da presidência da República a presidenta eleita Dilma Rousseff em 2016, todo o avanço dos 13 anos de construção de políticas públicas que visavam colaborar com a autonomia das mulheres foi interrompido. Para ter uma ideia do retrocesso, em 2017 o governo de Michel Temer reduziu em 61%, em relação ao ano passado, a verba para atendimento à mulher em situação de violência. Com o corte, o valor destinado à assistência passou de R\$ 42,9 milhões para R\$ 16,7 milhões.

3. CONVIVER COM A SECA: UMA NOVA ORIENTAÇÃO PARA A/O SERTANEJA/O

Culpar a natureza pela seca no Semiárido sempre foi um recurso ideológico utilizado pela elite política e econômica local para ocultar as verdadeiras questões estruturais que sempre geraram as desigualdades e miséria no sertão.

Os problemas históricos relacionados a seca (coronelismo, indústria da seca, etc.) passaram a ter outra conotação com o governo Lula e com as políticas públicas implementadas por este governo. A ascensão da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)¹¹, como principal articuladora de uma nova visão de semiárido onde a convivência com a seca passou a ser a principal orientação para as novas políticas públicas abandonando a velha ideia de combate à seca.

O P1MC, política pública pensada pela ASA e impulsionada pelos governos do PT, tem uma enorme contribuição por essa nova maneira de pensar a vida no semiárido. Ter água potável ao lado da casa significa uma mudança espetacular na qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo programa e principalmente na vida das mulheres que podem abandonar a lata d'água na cabeça como principal atividade cotidiana.

1. O contexto do Semiárido baiano

¹¹ O surgimento da ASA está diretamente relacionado ao processo de mobilização e fortalecimento da sociedade civil no início da década de 1990. Um dos mais marcantes foi a ocupação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1993, com o objetivo de pautar a convivência com o Semiárido em contraposição à política governamental vigente na época. Já em 1999, paralelamente à 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3) da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no Recife-PE, as organizações lançaram a Declaração do Semiárido Brasileiro. Considerado um documento de ruptura com a filosofia e as ações do combate à seca, a Declaração aponta medidas estruturantes para o desenvolvimento sustentável da região, pauta um conjunto de medidas políticas e práticas de convivência com o Semiárido e, nesse contexto, propõe a formulação de um programa para construir um milhão de cisternas no Semiárido Brasileiro. Mais informações em: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia#espacos-de-construcao-monitoramento-e-proposicao-de-politicas-publicas>.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Semiárido brasileiro tem uma extensão total de 982.563,3 km² (IBGE, 2017). A Região Nordeste concentra cerca de 89,5% do total desta área, abrangendo a maioria dos Estados da região, com exceção do Maranhão. Os 10,5% (103.589,96 km²) restantes dessa região estão situados no estado de Minas Gerais, região Sudeste do País.

Uma das principais características da região semiárida é presença do bioma Caatinga. Esse bioma é tão somente brasileiro e possui uma importância fundamental para a biodiversidade da Terra pois 15% dos seus animais e 1/3 das suas plantas são espécies exclusivas. Muitos estudiosos corroboram que a palavra Caatinga, tem origem no tupi e deriva das palavras caa (mata, vegetação) e tinga (branco, clara), ou seja: Mata branca. Isso porque na estação da seca as plantas da caatinga perdem as folhas e os troncos das árvores ficam brancos e brilhosos¹².

Mesmo com sua importância, a caatinga é o terceiro bioma mais devastado no Brasil (45% de sua área foi desmatada), depois da Mata Atlântica e do Cerrado. Originalmente a caatinga abrangia uma área de aproximadamente 1 milhão de km², atualmente sua área ocupa uma área de cerca de 844.453 quilômetros quadrados o equivalente a 11% do território nacional (Ministério do Meio Ambiente, 2017). O bioma engloba os estados Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Sergipe e o norte de Minas Gerais. O desmatamento para retirada de lenha é uma das principais atividades que contribuem para a desertificação, a seca e a perda da sua extensão e mesmo com tantas ameaças, menos de 1% está sob proteção de unidades de conservação. (Ministério do Meio Ambiente, 2017).

O clima seco e quente é predominante no sertão nordestino. O curioso é que o semiárido brasileiro é considerado a área semiárida mais chuvosa do mundo, com registros de precipitações pluviométricas que chegam a 800 milímetros anuais. O problema é que as chuvas se concentram nas estações do outono e verão e as águas evaporam rapidamente, em consequência da insolação da caatinga e com isso as reservas são insuficientes nos mananciais. Por suas características de clima, o Semiárido é uma região vulnerável onde a irregularidade das chuvas pode chegar a longos e frequentes períodos de estiagem.

¹²A Caatinga apresenta três estratos: arbóreo (8 a 12 metros), arbustivo (2 a 5 metros) e o herbáceo (abaixo de 2 metros). A vegetação adaptou-se ao clima seco para se proteger. As folhas, por exemplo, são finas ou inexistentes. Algumas plantas armazenam água, como os cactos, outras se caracterizam por terem raízes praticamente na superfície do solo para absorver o máximo da chuva. Algumas das espécies mais comuns da região são a amburana, aroeira, umbu, baraúna, maniçoba, macambira, mandacaru e juazeiro. Fonte: WWF Brasil.

Iramaia fica no Semiárido baiano, há 409 quilômetros de Salvador, capital do Estado. O pouco que sabemos sobre a história do município advém dos relatos orais de antigos moradores¹³. Segundo nos contam, no local onde existia a Fazenda Almas do Sincorá, surgiu na década de 20, com a construção da via férrea, o povoado denominado por Iracema. A atual sede, que era o distrito denominado Iracema teve seu nome alterado para Iramaia em 1933. O Município de Iramaia foi criado com território desmembrado do município vizinho, Barra da Estiva, por Lei Estadual de 26.01.196.

Segundo o censo demográfico 2010 realizado pelo IBGE, Iramaia tem 11.990 habitantes. De acordo com o IBGE¹⁴ do total da população Iramaiense, 6.167 são homens e 5.823 são mulheres. O município possui 1.708,155 km² de extensão (IBGE, 2016) deste total a maior parte se localiza na área rural.

É um município pobre, com poucas opções de trabalho e renda, e a economia local depende muito dos aposentados e pensionistas, dos poucos funcionários públicos existentes e do comércio que também é pequeno. Nos períodos de grande estiagem a população mais pobre depende mais fortemente da intervenção do poder público para não morrer de fome e sede, uma vez que não existem alternativas de renda. Por muitos anos uma parte expressiva da população do município tinha como única alternativa migrar.

2. As relações de poder que permeiam o acesso à água no semiárido brasileiro

O Brasil é um dos países mais ricos em recursos hídricos superficiais do planeta. Porém, a diversidade climática reflete na desigual distribuição desses recursos: 70% estão na Amazônia (região com menos de 7% da população nacional), 15% no Centro-Oeste, 6% no Sul e no Sudeste e apenas 3% no Nordeste (ANA, 2010). Outro ponto importante é que a população brasileira está concentrada nas regiões onde a escassez de água é maior.

¹³Nasci no município de Iramaia. A história do nome e da fundação do município tem origem oral contada pelos antigos moradores da cidade.

¹⁴ O IBGE Cidades é uma ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil num mesmo lugar. Aqui são encontrados gráficos, tabelas, históricos e mapas que traçam um perfil completo de cada uma das cidades brasileiras.

De acordo com o Sumário Executivo do Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento de Recursos Hídricos, 2015: “a demanda de água doce continua aumentando. A não ser que o equilíbrio entre demanda e oferta seja restaurado, o mundo deverá enfrentar um déficit global de água cada vez mais grave.” (UNESCO, 2015, p. 03).

Esse documento também alerta que a crise de água que vivemos no planeta é de governança:

A persistência da pobreza, o acesso desigual ao abastecimento de água e serviços de saneamento, o financiamento inadequado e a informação deficiente sobre o estado dos recursos hídricos, seu uso e gerenciamento, têm imposto restrições à gestão desses recursos e à capacidade de contribuir para o alcance de objetivos de desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2015, p.03).

Observamos nos dados do relatório que o consumo de água cresceu duas vezes mais do que a população, e a previsão é de que a demanda por água cresça 55% até 2050. Estima-se que mais de 1 bilhão de pessoas estão privadas do direito a água potável no mundo desde 2013 e que em 2030, pelo menos 40% da população mundial sofrerá escassez de água (UNESCO, 2015).

No Brasil, o agronegócio consome 72% da água com irrigação, a indústria 22% e o consumo humano é só de 6%. (ANA, 2013). Além da escassez de água em algumas regiões do país, a prioridade dada ao agronegócio no uso da água para a irrigação pelo Estado brasileiro impulsiona cada vez mais conflitos por água. Desde 1985 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) vem anualmente divulgando, registrando e denunciando os conflitos por água no Brasil, através do relatório “*Conflitos no Campo Brasil*”. Segundo o relatório ano 2016, os conflitos pela água são ações de resistência coletivas para tentar assegurar o uso e a preservação das águas. São ações contra a apropriação privada dos recursos hídricos e a cobrança do seu uso no campo. Também são ações de luta contra a construção de barragens e açudes (este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados).

De acordo com relatório de 2016, em 2007 ocorreram 87 conflitos, houve um crescimento a partir de 2013 com 93 conflitos, até chegar a 172 em 2016. Nestes conflitos pela água foram registrados 13 assassinatos nesses dez anos. Dada a importância da água, milhares de pessoas foram envolvidas nesses conflitos: 163.735 em 2007, até culminar 222.355 pessoas em 2016. (CPT, 2016).

No Semiárido Nordeste ou Sertão (essa a expressão mais usada pelos nordestinos para falar dessa região), a questão da água se torna mais visível devido à seca que dependendo da

intensidade mobiliza o país através das reportagens televisivas. A seca nessa região não é novidade para a população local, nem para o Brasil. Então nos perguntamos: se a seca não é novidade, por que não temos um planejamento com ações rápidas e que resolvam a situação? Por que chegar no limite e deixar a população com fome, os animais morrendo? O Estado brasileiro na maioria das vezes foi omissivo com o povo nordestino?

Dentre todos os projetos criados pelos governos para interferir no problema, vale ressaltar o papel e atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, quando dirigida por Celso Furtado, de 1959 até o golpe militar em 1964. Nesse período, a SUDENE atuava atraindo investimentos e democratizando o acesso à terra e a água por meio da reforma agrária. Celso Furtado evidenciava que a pobreza no Nordeste não era consequência da seca, mas sim do subdesenvolvimento e da exploração da região pelas próprias elites nordestinas e grupos de outras regiões do Brasil. No relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), Furtado demonstrou que a pobreza no Nordeste emanava muito mais da forma de exploração da terra e das relações de produção do que do impacto da seca. Para ele, esse era um problema social. (GUMIERO, 2014).

Em *O Nordeste em dois tempos: a “Operação Nordeste” e a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Lula*, Rafael Gumiero apresenta trechos do relatório “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”, trabalho amparado por dois movimentos: o do diagnóstico da região Nordeste e o da intervenção nesse território, orientada pela ideia de planejamento (GUMIERO, 2014).

O diagnóstico do Nordeste apresentado pelo GTDN detectou os seguintes obstáculos para o seu desenvolvimento: a) baixa renda da população; b) concentração de renda na elite; c) comércio desigual do Nordeste com o Centro-Sul; d) a pauta de exportações pouco diversificada e reunida em produtos primários; e) a Economia do Semiárido especializada em pecuária (classe proprietária) e atividade agrícola de subsistência (trabalhadores do campo). (GTDN, 1997 apud GUMIERO, 2014, p. 11)

Historicamente, a seca tem sido acompanhada da ação dos políticos tradicionais do Nordeste, que sempre pensaram o acesso à água no semiárido a partir da prática do coronelismo. O coronelismo é uma forma de manter o poder e de fazer política. Esse conceito remete a uma realidade de forte incidência no Nordeste brasileiro, especialmente no semiárido. Victor Nunes Leal (2012), em *“Coronelismo, enxada e voto. O município e o regime representativo no Brasil”*,

consagrou a definição do termo Coronelismo. Segundo o autor, os coronéis eram os proprietários de terras que lideravam a política nos municípios no interior do país, majoritariamente nos municípios rurais.

O “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 2012, p. 23)

Os votos que o Coronel conseguia contribuía para perpetuar as estruturas de desigualdade nas regiões agrárias e no seu domínio político. O poder dos coronéis resultava da sua posse da terra e de uma patente recebida pela Guarda Nacional, portanto além de poder econômico e político, os coronéis possuíam o direito ao uso da força (LEAL, 2012).

Qualquer que seja, entretanto, o chefe municipal, o elemento primário desse tipo de liderança é o “coronel”, que comanda discricionariamente um lote considerável de votos de cabresto. A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras. Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas¹⁵¹⁶. (LEAL, 2012, p. 24).

Um dos maiores problemas da seca está na sustentação das oligarquias da região. Habitualmente chamada de indústria da seca, entende-se indústria da seca a existência de um mercado que se beneficia do problema em questão – a seca, que segue sustentada por políticos

¹⁵ O papel da capangagem e do cangaço nas lutas políticas locais têm sido muito relevantes, embora diminua com o desenvolvimento da polícia, que não raro faz as suas vezes. Djacir Meneses focaliza o assunto, quanto à região estudada, em várias passagens de sua obra sobre a formação social do Nordeste (pp. 82, 176, 228 etc.). E observa o maior relevo do fenômeno nas zonas de criação: “Com efeito, a agricultura fixava, em certos pontos do ecúmeno nordestino, camadas da população ao solo, evitando ou coibindo mais a capangagem resultante do nomadismo primitivo do regime pastoril dos três primeiros séculos. Mas, no nordeste das caatingas, das zonas caracterizadamente pastoris, continuam os clãs organizados em torno de potentados locais” (op. cit., p. 159). Nas represálias e crimes políticos e nas lutas de famílias a ação dos capangas é da maior importância. (LEAL, 2012, p. 129).

¹⁶ A definição mais popular de capangas é que eles são valentões assalariados que defendem o patrão.

profissionais, ao determinarem a execução das políticas públicas, por exemplo a construção de açudes e adutoras.

A seca proporciona a essa oligarquia econômica e política manterem-se no poder, tirando proveito eleitoral da situação vulnerável que a seca causa na população pobre. A água se torna uma moeda de troca pelo voto, garantia certa de ganhar eleições, uma vez que a posse da água no Semiárido é dos poderosos. Eles controlam a máquina pública e os recursos hídricos. São os políticos locais que enviam os caminhões-pipa para as comunidades e quando a comunidade se recusa a se manter nessa rede de subserviência, o caminhão-pipa não chega.

Indústria da seca é o termo utilizado para denominar a estratégia de alguns políticos, também conhecidos como "coronéis da água", que aproveitam a calamidade da seca para ganho próprio. A expressão foi utilizada pela primeira vez pelo escritor e jornalista Antônio Callado (1917 – 1997), quando escreveu, “*Os industriais da seca e os "Galileus" de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*” (1960). Para se referir ao “mito da seca”, usado como desculpa à miséria que afetava milhões de brasileiros vivendo no Nordeste do Brasil, Callado escreveu uma série de reportagens para os Jornais Correio da Manhã e Jornal do Brasil, sobre as Ligas Camponesas e o tema da reforma agrária.

Seguindo a tradição de “combater a seca”, em vez de disseminar as políticas de convivência com a seca, os governantes optaram por seguir alimentando o mercado da seca no semiárido. A opção governamental para resolver esse problema foi, desde o início, baseada na execução de grandes obras, como a construção de açudes com recursos públicos - a grande maioria das vezes em terras particulares, ou distribuindo água, através dos caminhões-pipa, que em épocas de seca chegam a dobrar o preço cobrado das prefeituras, sem resolver a questão do acesso universal a esse recurso.

O final do século XIX é considerado o marco na intervenção do governo Federal para acabar com a seca no Nordeste. Foi a partir da grande seca de 1877 a 1879, onde morreram meio milhão de sertanejas/os, que a política da açudagem teve início no Sertão¹⁷. É possível encontrar diferentes iniciativas políticas e órgãos vinculados às tentativas de resolver o problema, como: DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; CODEVASF - Companhia De Desenvolvimento Do Vale Do São Francisco; Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF;

¹⁷ Para maiores informações ver “A grande seca de 1979 a 1983: Um estudo de caso das ações do Governo Federal em dias sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns), CAMPOS. Nivalda Aparecida. 2014.

BNB – Banco do Nordeste; SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; Programa de Fortalecimento da Infraestrutura Hídrica do Nordeste - ProHidro; entre outros. Vale a ressalva que esses órgãos repetem os programas de construção de poços artesianos e açudes e as conhecidas operações Carro-Pipa, optando pelas ações emergenciais, quando a seca já está em estado de calamidade, em detrimento de gerir os recursos hídricos com base na descentralização e na democratização do acesso à água.

O DNOCS, é um dos principais símbolos da “Indústria da Seca”. De acordo com Roberto Malvezzi (2012), o Departamento foi criado em 1909, ainda como Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS), depois como Inspetoria Federal de Obras Contra a Seca (IFOCS). Durante décadas foi considerado como a maior empreiteira da América Latina.

Segundo Manoel Bomfim Ribeiro (2010), foi no século XX que surgiram os primeiros açudes no Nordeste brasileiro. O autor argumenta que essa política levou a construção “do fantástico número de 70.000 reservatórios superficiais, tornando o Semiárido, a região mais açudada do Planeta. É a maior ação de açudagem do mundo”. (RIBEIRO, 2010).

O DNOCS, de acordo com Malvezzi (2012), “criou ilhas de água, mas nunca fez sua distribuição horizontal. Essa lacuna fundamental é hoje admitida até por quem já esteja na chefia do órgão por quase uma década, como Manoel Bonfim Ribeiro”. (MALVEZZI, 2012). A “indústria da seca” se fortaleceu muito com essa política implementada pelo Departamento pois, para seguir com a política da açudagem sempre eram necessárias mais verbas para novas obras e isso contribuiu para o enriquecimento de setores que vieram a compor a classe dominante. Uma das formas de privilegiar os coronéis era construir a maior parte dos açudes e poços nas propriedades particulares dos coronéis, o que também contribuiu para a estruturação do poder econômico e político desses coronéis através da manipulação da sede da população mais pobre.

A ASA denuncia que, ainda hoje, muitos políticos aproveitam as medidas de emergência e socorro às vítimas da estiagem, como os carros-pipa, a distribuição de alimentos e de sementes, para comprarem votos e manterem-se no poder. Desde 1999, a Lei de Combate à Corrupção Eleitoral estabelece que é crime a solicitação de benefícios em troca de água.

Existem no Semiárido muitos conflitos entre pequenos agricultores e os grandes proprietários de terras que, na maioria das vezes, são os donos de açudes particulares ou tem a outorga de águas. Esses conflitos estão relacionados ao controle e distribuição da água. Em alguns municípios o conflito acontece entre a população local e as grandes empresas que se instalam na

região para utilizar a água disponível para grandes projetos de irrigação. Um exemplo desses conflitos é o que está acontecendo em Correntina, interior da Bahia. Em uma tentativa de interromper a captação de água feita por empresas transnacionais ligadas ao agronegócio, moradores da cidade ocuparam as fazendas Igarashi e Curitiba.

O município de Correntina está situado no projeto governamental chamado MATOPIBA¹⁸. Essa nova fronteira agrícola do país se localiza justamente nos últimos territórios remanescentes do bioma Cerrado, área que já teve mais da metade da sua vegetação desmatada.

As manifestações de Correntina denunciam a retirada abusiva das águas do rio Arroja pelas empresas do agronegócio. O Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEMA) concedeu à empresa Igarashi, em janeiro de 2015, o direito de retirar do rio Arrojado um montante de 182.203 m³ por dia. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), esta quantidade de água é o suficiente para abastecer 6,6 mil cisternas domésticas (cada cisterna armazena 16 mil litros de água).

Importante ressaltar que a partir do ano de 1980 a região Nordeste passou por um acelerado processo de incorporação de áreas irrigadas. Informações do Atlas Irrigação: uso da água na agricultura irrigada, 2017 (ANA, 2017) demonstram que a Bahia apresenta forte crescimento recente, em especial em áreas de Cerrado do Oeste (região de Barreiras), com forte adoção de pivôs centrais.

De acordo com o Atlas Irrigação: uso da água na agricultura irrigada, (ANA, 2017), dados da FAO (2017) demonstram que o Brasil está entre os dez países com a maior área equipada para irrigação do mundo. Os líderes mundiais são a China e a Índia, com cerca de 70 milhões de hectares (Mha) cada, seguidos dos EUA (26,7 Mha), do Paquistão (20,0 Mha) e do Irã (8,7 Mha).

Segundo o Atlas 2017, os resultados do levantamento atual da irrigação apontam que a atividade é responsável pela retirada de 969 mil litros por segundo (969 m³/s) e pelo consumo de 745 mil litros por segundo (l/s) (745 m³/s). O Atlas segue: considerando os demais usos consuntivos levantados pela ANA, esses valores correspondem à 46% da retirada (2.105 m³/s) e 67% da vazão de consumo (1.110 m³/s). Essa participação é semelhante à observada nos EUA, onde 59% da

¹⁸ Região considerada a grande fronteira agrícola nacional da atualidade, o MATOPIBA compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras. A área reúne 337 municípios e representa um total de cerca de 73 milhões de hectares. Existem na área cerca 324 mil estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária, segundo levantamento feito pelo Grupo de Inteligência Estratégica (GITE) da Embrapa.

vazão de retirada é para irrigação (Maupin et al., 2014) e à média global de cerca de 70% do consumo. (ATLAS IRRIGAÇÃO, 2017, p. 45).

Outra informação que chama atenção, é que segundo o Atlas 2017, a agricultura irrigada depende de adequada disponibilidade e de boa qualidade da água. O relatório segue: Embora a prática possa causar impactos negativos de ordem econômica, social e ambiental, observa-se que a irrigação tende a se instalar em áreas anteriormente já ocupadas com pastagens ou agricultura de sequeiro. (ATLAS IRRIGAÇÃO, 2017, p. 70).

Enquanto falta água para a população pobre, o mercado da água avança no semiárido através do poder do agronegócio e do hidronegócio. A irrigação para a fruticultura avança no semiárido e com ela a disputa por grandes volumes de água pelo capital transnacional, que investe na agricultura de exportação. Roberto Malvezzi e Isidoro Revers (2009) chamam a atenção para o fato do capital ir pelo caminho das águas. Os autores alertam para “a tendência, portanto, é que o grande capital obtenha a outorga dos grandes volumes de água e os pequenos agricultores fiquem com quantidades ínfimas – muitas vezes cara – que inviabilizem seu trabalho produtivo” (REVERS e MALVEZZI, 2009, p. 21).

A outorga de direito de uso dos recursos hídricos é um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997) e corresponde a uma autorização para uso da água, seja para captação ou lançamento de efluentes, tendo como objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água. (ANA, 2011). A outorga é concedida nas águas de domínio da União pela ANA, em rios de domínios dos Estados e do Distrito Federal, como em rios que nascem e desaguam no mesmo Estado, a autoridade é do respectivo órgão gestor estadual e distrital e as águas subterrâneas são de domínio estadual.

Malvezzi (2013), alerta que “o semiárido tem apenas 5% de seus solos aptos para irrigação, mas temos água para irrigar apenas 2%”. Ou seja, 98% do território da região semiárida seguirão convivendo com cultivos e pecuária de baixo consumo de água”. (MALVEZZI, 2013).

No Brasil, a concentração de terra e água, historicamente, esteve nas mãos de alguns latifundiários. “A ocupação colonial foi caracterizada pelo regime de sesmarias, da monocultura e do trabalho escravo, fatores estes que, conjugados, deram origem ao latifúndio, propriedade rural sobre a qual centrou-se a ocupação do espaço agrário brasileiro”. (CARDIM; VIEIRA; RIBEIRO, 2017, p.01). Em 1850 foi implementada no Brasil a Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro

de 1850). Autores como Martins (1994) consideram que foi a partir da Lei de Terras¹⁹ que ocorreu a mercantilização da propriedade fundiária. (Martins, 1994 *apud* Carvalho, 2010 p. 396).

No Brasil o termo sertão sempre foi associado a terra rachada, fome, sede, sol escaldante, cangaceiros, gado morto, entre outras imagens que sempre são relacionadas a sofrimento. Alguns fatos colaboraram para a difusão dessa imagem, entre eles a grande seca de 1877 a 1879, que foi responsável pela morte de 500 mil pessoas, tendo o Ceará como o Estado mais atingido. Fato interessante é que o Imperador Dom Pedro II visitou o Nordeste durante a grande seca e prometeu vender até a última joia da Coroa para amenizar o sofrimento do povo: "Não restará uma única joia na Coroa, mas nenhum nordestino morrerá de fome". (BARRETO, 2009). De acordo com Barreto (2009) Dom Pedro II criou a "comissão imperial para desenvolver medidas que pudessem atenuar futuras secas. Da adaptação de camelos, construção de ferrovias e açudes e a abertura de um canal para levar água do Rio São Francisco para o Rio Jaguaribe, no Ceará, muito pouco saiu do papel". (BARRETO, 2009).

No semiárido a luta pela terra e pela água vem de muitos anos e a ocupação dessa região começou pelo Rio São Francisco. Esse rio é o mais importante da região Nordeste, ocupa uma área de 645.067 quilômetros quadrados e desde o século 16 o "Velho Chico", assim nós, nordestinos, nos referimos ao Rio São Francisco, serviu para a entrada da colonização no semiárido e suas margens foram ocupadas com extensas fazendas de criação de gado.

Sobre a ocupação do Velho Chico, Malvezzi (2007) afirma que os índios da região foram dizimados e a situação de pobreza e marginalidade da população restante se agravou com a abolição da escravatura, uma vez que os negros libertos não tinham para onde ir. Foram surgindo comunidades populosas como o caso de Canudos (BA), Juazeiro do Norte e Caldeirão, no Crato

¹⁹ A Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) trata-se de legislação específica para a questão fundiária. Esta lei estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra e abolia o regime de sesmarias. Essa Lei negou o acesso dos negros libertos e dificultou o acesso dos migrantes que vieram substituir a mão de obra escrava a terra. A Lei estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra além de abolir o regime de sesmarias.

(CE). Malvezzi chama a atenção para fato dessas comunidades terem surgido em torno de pessoas carismáticas como Antônio Conselheiro²⁰, padre Cicero Romão²¹, entre outras figuras.

Por volta de 1950 surgem os movimentos com ideologia laica, sendo o primeiro deles, as Ligas Camponesas (MALVEZZI, 2007). Elas mobilizaram milhares de camponeses em torno da luta pela reforma agrária. Segundo o autor, com o golpe militar de 1964, as Ligas foram extintas, suas lideranças presas e exiladas. Com a eliminação das Ligas o movimento dos trabalhadores rurais passou a se organizar nos sindicatos e esses sindicatos se espalharam pelo país impulsionados por integrantes da Igreja Católica e tinham muita força nos municípios do semiárido. Em 1980 no Sul do país surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST, que inaugura uma nova jornada na luta camponesa.

Outros movimentos importantes foram aparecendo, como a Pastoral da Terra, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e dissidências sindicais como a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF). Segundo Malvezzi, esses movimentos reforçaram as chamadas oposições sindicais, particularmente no meio rural. Além das centenas de organizações não governamentais – ONGs, que formaram a ASA.

Com a construção e difusão de tecnologias alternativas de baixo custo, que possibilitam descentralizar a armazenagem da água da chuva, assim como o desenvolvimento de estratégias que valorizam a autonomia do sertanejo, a ASA, com base nas experiências das diversas entidades que formam essa articulação, tem contribuindo para uma nova correlação de forças na região. A descentralização do acesso a água potável fortaleceu politicamente o camponês sertanejo e isso gerou um novo poder político na região.

A elite política e econômica sentiu o seu poder ameaçado no sertão, uma vez que os movimentos sociais investiram em formar uma consciência que distingue direitos e autonomia de

²⁰ Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro, foi um líder do movimento messiânico que reuniu milhares de sertanejos no arraial de Canudos, no Nordeste da Bahia, à margem do rio Vasa- Barris, onde resistiu às tropas do Governo Federal. [...]. A chamada Guerra ou Campanha de Canudos, durou de 1896-1897 [...] A rebelião de Canudos finalmente foi reprimida no dia 5 de outubro de 1897, morreram os últimos defensores. Canudos não se rendeu, resistiu até o esgotamento completo [...] Sobre a “Revolta de Canudos”, Euclides da Cunha escreveu a consagrada obra literária: *Os Sertões*.

²¹ Em decorrência das acusações de que era um rebelde, um desobediente à hierarquia católica e um semeador de fanatismos, ele foi alvo de um inquérito eclesiástico que terminou por proibi-lo de rezar missas, de confessar fiéis e de ministrar sacramentos como o batismo e o matrimônio. Tornou-se, então, um pária da fé. Apesar de idolatrado pelos cerca de 2,5 milhões de peregrinos que acorrem todos os anos à cidade cearense de Juazeiro do Norte para reverenciar sua memória, Cícero foi um padre maldito, renegado pela Igreja Católica.

dependência, que é algo característico na política que alimenta a indústria da seca. As cisternas são um exemplo disso: ter uma cisterna em casa promove certa liberdade política já que ela possibilita a convivência com as condições climáticas do semiárido.

Falar sobre as cisternas é obrigatoriamente também falar da ASA. A Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) é uma rede formada por distintas organizações da sociedade civil, sindicatos rurais, associações de agricultores e agricultoras, cooperativas, ONG's, Oscip, etc. A ASA defende, divulga e coloca em prática, também com políticas públicas, um projeto político de convivência com o Semiárido.

Ressaltamos que para executar as políticas públicas, em 2002 a ASA criou a Associação Programa Um Milhão de Cisternas (AP1MC). Segundo a página da ASA: “AP1MC é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, educacional, ambiental e filantrópico, a AP1MC é qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), junto ao Ministério da Fazenda”.

Dentre as ações propostas pela Articulação de movimentos estão o estoque de água, alimentos, sementes, animais e todos os elementos necessários à vida na região. Com isso as tecnologias de captação e armazenamento de água para consumo humano ao lado de casas, escolas rurais e para produção de alimentos têm uma grande importância dentro desta estratégia. Além do estoque de água, o estoque de sementes também se faz necessário para a população do Semiárido amplie ainda mais as condições práticas de conviver com a região.

A partir da ASA surge uma nova visão do Sertão. Essa articulação de entidades assume posição contrária as tradicionais soluções para acabar com a seca, principalmente porque a “política hídrica tradicional”, que era implementada no Sertão se baseia na açudagem e nas mediadas paliativas de combate e enfrentamento a seca, o que resultou em concentração do abastecimento de água, na difusão e reprodução da política de dominação coronelista onde a água é trocada por votos, como já falamos antes.

Entre as críticas às grandes obras hídricas no semiárido ao longo de séculos está justamente a exclusão de moradores das comunidades rurais dos benefícios que poderiam ser gerados por essas grandes obras.

Por falar em grandes obras, durante os governos Lula e Dilma muito avançamos na descentralização e na democratização do acesso a água no Semiárido, porém uma grande obra desses governos gerou e ainda gera muita polemica. A transposição do rio São Francisco. Conforme

Malvezzi (2017) o Velho Chico em março de 2017 estava com vazão de 750 m³/s, quando nos garantiam que a partir de Sobradinho sempre seria de 1800 m³/s. Esse volume de água é 1/3 do que os técnicos previam para garantir a água da Transposição. Outro ponto importante que nos alerta Malvezzi (2017) é que depois do Golpe temos outro cenário no Brasil. No projeto de transposição de Lula e Dilma havia o interesse em fazer as adutoras a partir dos grandes canais. Já o atual governo pretende criar o maior mercado de águas do mundo, privatizar as águas da Transposição – que significa também privatizar a água de chuva já acumulada nos reservatórios do Setentrional – e não demonstra interesse algum em fazer sua distribuição.

Outro problema da transposição apontado por Malvezzi (2017) é a revitalização do São Francisco. O projeto dizia que revitalização do São Francisco seria feita simultaneamente à grande obra da Transposição. No texto “Transposição a hora da verdade”, publicado em sua página na internet em 06 de março de 2017, Malvezzi afirma que “o único investimento que deu resultado foi o saneamento, embora ainda inconcluso e desperdiçando obras iniciadas como as estações de tratamento de Pilão Arcado e as adutoras em Remanso. Aqui em Juazeiro o saneamento avançou”.

Na contramão das grandes obras a experiência da ASA é um exemplo de disseminação de programas para a convivência com o Semiárido, que utilizam as tecnologias sociais como o PIMC (construções de cisternas de placas), cisternas calçadão, barragens subterrâneas, entre outros, provam que a organização social pode mudar a realidade local. De acordo com a ASA, o PIMC é um programa para além da oferta de água potável para beber e cozinhar. É um “movimento de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do semiárido”, para promover o “fortalecimento da sociedade civil” e a “mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual” [...] “Com a cisterna, cada família fica independente, autônoma e com a liberdade de escolher seus próprios gestores públicos, buscar e conhecer outras técnicas de convivência com o semiárido e com mais saúde e mais tempo para cuidar das crianças, dos estudos e da vida, em geral” (ASA, 2017).

Segundo a ASA “desde o início do PIMC, em 2001, até hoje, contam-se um milhão de cisternas de placas proporcionando a cinco milhões de brasileiros e brasileiras condições mais favoráveis para beber água apropriada para consumo”. (ASA, 2017). Outro dado importante é que “desde 2010 a 2014, houve um crescimento contínuo das verbas destinadas à ASA. Saiu de R\$ 95,5 milhões para R\$ 324,7 milhões. (ASA, 2017).

3. O programa Um Milhão de Cisternas (PIMC)

A cisterna de placa nasceu pelas mãos de Manoel Apolônio de Carvalho, conhecido como Nel. Segundo Gonzalez (2013), o agricultor sergipano nos anos 50, quando tinha 17 anos, foi “tentar a vida” em São Paulo e lá conseguiu logo um emprego na construção civil. Em um dos trabalhos Manoel construía uma piscina e imaginou como seria bom se em sua casa, no município baiano de Jeremoabo, “tivesse um tanque imenso cheio de água”. A partir daí Manoel concebeu a ideia da cisterna de captação de água da chuva, que hoje é sem dúvida um patrimônio das famílias do Semiárido brasileiro. As cisternas para captação de água da chuva se tornaram famosas no semiárido e são consideradas muito importante na vida mulheres das zonas rurais.

De acordo com a ASA a cisterna de placas²² é construída de maneira participativa e envolve as famílias beneficiadas assim como a comunidade onde a família vive. Elas têm capacidade para armazenar 16 mil litros de água, possuem um formato cilíndrico, sua parede é sustentada por placas finas a partir do chão cimentado. Elas são cobertas por um telhado, que também é feito de placas de concreto e ficam semienterradas no solo e a captação da água da chuva se dá através de calhas que são colocadas no telhado da casa e ligada à cisterna por um cano de PVC. Todas as cisternas possuem bombas manuais para retirada da água e placas de identificação do programa.

Desde 1999, a Agência Nacional de Águas (ANA) vem propondo aos governos estaduais e federal uma política pública de acesso à água para as famílias do Semiárido²³. A Agência financiou o equivalente a 12.400 cisternas, cujos recursos, somados aos recursos de contrapartidas, resultaram na construção de 12.750 cisternas (NETO, 2013, p. 76). Em meados de

²² A construção da cisterna de placas se inicia com a marcação e a escavação de um buraco onde a mesma será assentada. A cisterna colocada abaixo do nível do solo melhora a resistência e contribui também para a manutenção de uma temperatura amena da água armazenada. A escavação pode ser realizada pela própria família beneficiária ou em sistema de mutirão com membros da comunidade. Além da escavação, a família se compromete a abrigar e alimentar o pedreiro durante os 4 ou 5 dias em que dura a construção.

²³ Em novembro de 1999, durante a Terceira Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3), promovida pela Organização das Nações Unidas (UNCCD), a sociedade civil organizada e atuante na região do semiárido brasileiro, reproduzindo a experiência da Conferência Rio-92, promoveu o Fórum Paralelo da Sociedade Civil, cujos eventos contaram com a participação de diversas entidades dos cinco continentes.

2003, a ASA estabeleceu uma parceria com o Ministério Especial de Segurança Alimentar (MESA), hoje Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, que nesse mesmo ano financiou 17.140 cisternas. A Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) financiou mais 10.000 unidades, incluindo a infraestrutura para a implantação de 48 unidades gestoras nos 11 estados em que o Programa foi implementado (PROGRAMA FOME ZERO, 2005).

Vale ressaltar que a partir de 2003, com o governo Lula assumindo o combate à pobreza no Brasil como uma das suas principais bandeiras, através do programa “Fome Zero”, que também significava Sede Zero, o governo brasileiro passou a assumir o programa de cisternas como uma política de acesso à água. Então o Programa de cisternas passou a ser financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, e instituído como política pública pela Lei Nº 12.873 em 2013.

A cisterna é a maneira mais simples e barata²⁴ de armazenar água no nosso semiárido. Ela virou a rainha do semiárido, adorada pelos sertanejos, em especial pelas mulheres sertanejas, que sempre foram responsáveis pela captação da água que a família utiliza para o consumo, higiene e todas as tarefas domésticas da casa.

Foi através da ASA que nós, nordestinos, conhecemos a proposta de convivência com o Semiárido pela defesa da água a partir do Programa de Formação e Mobilização para a Convivência com o Semiárido que abriga entre outros programas o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC).

O P1MC é uma das chamadas “tecnologias sociais de convivência” e tem o objetivo fornecer às famílias o acesso à água da chuva através de cisternas de placas de cimento, construídas ao lado das casas onde as famílias vivem na zona rural dos municípios do Semiárido. Com esse programa a ASA direcionava a descentralização e democratização da água, uma vez que as famílias passaram a ter acesso a água potável. O acesso a água potável é fundamental para diminuir o índice de doenças e a sobrecarga das mulheres que são as responsáveis pelas tarefas domésticas.

O P1MC possibilita inúmeros avanços não só para as famílias, mas para as comunidades rurais como um todo, como o aumento da frequência escolar, a diminuição da incidência de doenças em virtude do consumo de água contaminada e a diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres nas atividades domésticas. (Articulação do Semiárido – ASA, 2017).

²⁴ Segundo a ASA uma cisterna de placa custa aproximadamente R\$ 2. 200,00.

De acordo com informações da ASA, o programa foi criado em 2003 e a partir do Governo Lula ganhou visibilidade nacional e conseguiu ampliar sua área de atuação com um orçamento importante (ASA, 2018). O programa de cisternas recebeu pouco mais de R\$ 593 milhões, dos quais R\$ 503,5 milhões provenientes de recursos públicos no período de oito anos (ASA, 2018). Os repasses federais são feitos anualmente, mediante o cumprimento das metas de construção de cisternas e a consequente renovação da parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e a ASA.

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), o acesso à água passou a ser tratado como um direito. Esse direito foi conquistado pela luta de muita gente. Luta que se concretizou com a ASA, que teve voz nesses governos e foi compreendida como uma política pública. O programa nasceu e foi implementado a partir de uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil e pela primeira vez uma política pública no Semiárido é pensada e implementada, tendo como objetivo central conviver com a seca e seus efeitos e não combater a seca, como sempre pensou a velha forma de fazer política para o sertão. Como afirma a ASA:

A experiência do PIMC aponta um caminho novo para a construção das políticas públicas, pois demonstra uma ação que nasce da sistematização de experiências locais e da mobilização da sociedade civil para propor uma política pública efetiva e abrangente para o Semiárido, que garante o direito das populações rurais de ter água de qualidade para o consumo. Em mais de uma década, o acesso à água de beber no Semiárido virou uma política de governo e passou a ter recursos previstos no Orçamento Geral da União. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) reconhece e legitima as cisternas do PIMC como elemento de segurança hídrica e alimentar. (ASA, 2018).

Vale salientar que a política de construção de cisternas de placas passou por uma grande polêmica. A partir de 2011, o programa Água Para Todos, coordenado pelo Ministério da Integração Nacional incluiu as cisternas entre as tecnologias para reservar água para a produção e para animais. O problema foi que o Ministério da Integração Nacional (MI) começou a distribuir cisternas de polietileno, conhecidas como “cisternas de plástico”. Essa a opção gerou muitas críticas da ASA e a desconfiança da população do Semiárido. Enquanto a cisterna de placas custava R\$ 2.400 e é construída com mão de obra da comunidade, a de plástico custava R\$ 5.000, incluindo a instalação. A defesa pela tecnologia de cisternas de placas é que esse modelo é mais vantajoso tanto pelo preço menor envolvido na sua construção, quanto pela mobilização das comunidades.

As cisternas de placa provaram em três meses que eram sim a melhor tecnologia para o Semiárido. Em 2017, o P1MC foi premiado pelas Nações Unidas como uma das melhores políticas públicas do mundo pelos efeitos positivos e em larga escala para a população da região do Semiárido nordestino, e por sua sustentabilidade ambiental, principalmente em relação ao combate à desertificação. Mesmo sendo reconhecido internacionalmente os programas de captação de água da chuva para consumo humano e produção de alimentos, entre eles o P1MC, estão ameaçados de perder 92% dos recursos públicos destinados à sua execução em 2018.

Na atual conjuntura a continuidade e aprofundamento da política de convivência com o Semiárido que estava sendo implementada na última década, mesmo com suas limitações, está duramente ameaçada. A velha política de combate à seca volta a bater nas nossas portas.

4. A desigualdade de gênero no contexto do semiárido e a necessidade de acesso à água

Como discutido no primeiro capítulo, vivemos numa sociedade dominada pelo patriarcado em que as relações de gênero são marcadas e construídas pela diferença entre homens e mulheres, que atribui valores e principalmente poderes desiguais. No meio rural percebemos as desigualdades nas relações sociais de gênero expressas por uma hierarquia sustentada entre homens e mulheres.

Um tema é invisibilizado na sociedade patriarcal é o da divisão sexual do trabalho e o seu reflexo na zona rural. As mulheres do campo são educadas para serem responsáveis por todo o trabalho doméstico sob a justificativa de ser “coisa de mulher”. Aos homens, reserva-se o trabalho produtivo. A sociedade naturaliza a desigualdade na distribuição dos afazeres domésticos entre os sexos, que impõe as mulheres horas dedicadas ao trabalho reprodutivo.

Sabemos que a divisão sexual do trabalho está na base social da opressão e da desigualdade entre homens e mulheres, e com isso o trabalho que nós, mulheres, realizamos em casa (trabalho doméstico e de cuidados) é invisibilizado. Como afirma Renata Moreno (2014), “As mulheres afirmam a pluriatividade que marca o rural, com atividades além da agricultura e da pecuária, como agroextrativismo e artesanato”. (MORENO, 2014, p. 35), além de serem as responsáveis pela segurança hídrica das famílias também são as responsáveis pela segurança alimentar e nutricional.

Percebemos a divisão sexual do trabalho olhando para o nosso dia a dia. Todos os dias nos deparamos com situações em que escutamos que existe uma separação incontestável entre trabalho de homem e trabalho de mulheres. Na vida das mulheres da zona rural essa desigualdade e opressão é mais visível, uma vez que o trabalho nas comunidades rurais é organizado a partir dessa visão. A mulher é responsável por todas as tarefas domésticas: buscar água; limpar a casa preparar os alimentos – desde o café da manhã até o jantar da família; cuidar dos filhos e dos idosos; cuidar dos pequenos animais, como galinhas no quintal, e da horta, etc. Além dessas tarefas elas ainda têm o trabalho na roça, que não é visto como trabalho e sim como “uma ajuda” ao marido e assim a desigualdade segue se sustentando e se justificando.

As mulheres rurais têm uma intensa jornada de trabalho. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua- PNAD, mostram que entre 2004 e 2015, a quantidade de lares chefiados por mulheres cresceu 65%, ou seja, 40,5% das casas tem uma mulher como referência (PNAD, 2015, *apud* TEIXEIRA, 2017, p. 11). A mesma pesquisa aponta que as mulheres gastam 21 horas semanais e 240 horas por ano a mais do que os homens nos afazeres domésticos, em média. (PNAD, 2015, *apud* TEIXEIRA, 2017, p. 11). Dependendo da atividade que a mulher exerce ela amplia o trabalho doméstico para até 30 horas, como no caso das trabalhadoras da agricultura e da pesca (PNAD, 2015, *apud* TEIXEIRA, 2017, p. 11).

Todas as mulheres entrevistadas para esse trabalho disseram que realizam tarefas domésticas no seu dia a dia – lavar roupas, limpar a casa, preparar alimentos (café da manhã, almoço e jantar), cuidado com crianças e/ou idosos, além do trabalho na produção de alimentos. Nas zonas rurais, as mulheres utilizam os quintais, em sua grande maioria, para a produção de alimentos e criação de pequenos animais para o autoconsumo (pequenos animais como galinhas, porcos, galinhas d’angola, cabras, etc.). Elas capinam, plantam e regam as plantas, limpam as folhas, colhem os frutos, as verduras e legumes das hortas.

Há um curta-metragem chamado “Vida Maria” que serve bem para exemplificar como as famílias consideram o trabalho do cuidado e o trabalho doméstico parte intrínseca da vida das mulheres. Este curta foi lançado em 2006 pelo animador gráfico, Marcio Ramos. É impossível não se emocionar com a história de Maria José, uma menina de cinco anos de idade, moradora da zona rural semiárida, que se diverte aprendendo a escrever o nome. A mãe de Maria José a obriga a abandonar os estudos e se dedicar aos trabalhos doméstico e na roça. Enquanto Maria trabalha, ela vai crescendo, se casa, tem cinco filhos, envelhece e o ciclo continua com as mulheres da família:

filhas, netas e bisnetas²⁵. Esse curta-metragem nos dá uma dimensão visual do quanto o patriarcado domina nossa sociedade. Quantas vezes escutamos que a vida da mulher é assim mesmo, que é o destino da mulher casar, ter filhos e cuidar da casa. A desigualdade entre homens e mulheres não é natural, é construída através dos processos de socialização. Maria José e todas as Marias da família, como todas as mulheres dali, ainda criança já tinham tarefas como colher o milho, o feijão, pegar a lenha, buscar água com a lata na cabeça, cuidar dos irmãos menores.

Durante o VI Encontro Nacional da ASA (ENCONASA), realizado no Ceará, em novembro de 2006, o movimento redigiu a “*Carta política de gênero da ASA*”, reconhecendo a opressão e exploração que vivem as mulheres nos meios rurais. De acordo com a carta: “Historicamente, a sociedade tem sido estruturada sob relações desiguais de gênero, estando as mulheres numa situação de subordinação e opressão em relação aos homens nos espaços de decisão, no trabalho, na família e na política. Isso reflete a face de uma sociedade patriarcal, que vê no homem a figura do senhor, com poder, mando e autoridade sobre as mulheres”. (ASA, 2006).

De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF (2016), as mulheres gastam 200 milhões de horas por dia coletando água no mundo. A chefe do Unicef para Água, Saneamento e Higiene, Sanjay Wijesekera, afirmou que "quando a água não está disponível no local onde as pessoas moram, as mulheres e as meninas ficam encarregadas da coleta. São elas, as mulheres e meninas, que perdem o tempo e as oportunidades na vida”. (ONU, 2016). Wijesekera afirmou que 200 milhões de horas representam 8,3 milhões de dias ou mais de 22,8 mil anos no total”. (ONU, 2016).

Como veremos no próximo capítulo, buscar água antes do P1MC era a tarefa que consumia muito tempo das mulheres entrevistadas, além de provocar um enorme cansaço físico. Além de todas as tarefas domésticas, elas necessitavam caminhar quilômetros por 40 minutos ou até 1 hora, mais de uma vez ao dia, para buscar água no açude ou poço mais próximo da casa. Essa água é fundamental para beber, cozinhar, higiene pessoal, cuidar da casa, criar animais e cultivar a terra com pequenas hortas. Este trabalho de abastecimento de água é realizado por mulheres e crianças da família. Dependendo do consumo, em alguns dias, era necessário caminhar três vezes ao dia.

²⁵ "VIDA MARIA" é um projeto premiado no "3º PRÊMIO CEARÁ DE CINEMA E VÍDEO", realizado pelo Governo do Estado do Ceará. "Vida Maria" é um curta-metragem em 3D, lançado no ano de 2006, produzido pelo animador gráfico Márcio Ramos

4. AS MULHERES, AS CISTERNAS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Quando pensamos em políticas públicas sobre recursos hídricos, principalmente para as regiões de zona rural, pouco se fala sobre a importância da abordagem da questão de gênero e da divisão sexual do trabalho. Levando em consideração o P1MC, podemos dizer que a questão de gênero aparece timidamente nos documentos desse programa. A participação das mulheres no P1MC é intensa, principalmente nas capacitações, cursos de Gestão de Recursos Hídricos (GRH) e na própria manutenção das cisternas. E em alguns municípios, as mulheres estão habilitadas também para a construção de cisternas.

As diferenças entre o modelo de convivência com o semiárido e a velha política de combate à seca são nítidas quando comparamos os antigos e famosos programas de Frente de Emergências executados nos períodos mais críticos das secas. Neles, só os homens eram considerados os chefes de família e só eles podiam se cadastrar nas frentes. As mulheres, quando conseguiam ingressar nesses programas, eram como cozinheiras e recebendo um salário menor que o dos homens, pois segundo os executores do programa as mulheres não tinham força física para executar o trabalho.

O P1MC tem um impacto muito grande na vida das mulheres sertanejas. Mesmo sendo limitado no que se refere ao tema da divisão sexual do trabalho, como veremos, esse programa ajuda a diminuir a carga diária de trabalho pesado das mulheres.

As mulheres entrevistadas para essa dissertação apontam que a sua tarefa mais importante no dia a dia é “colocar água em casa”. A água é o principal instrumento para a realização das tarefas domésticas dessas mulheres, e sem ela o trabalho fica muito mais difícil. Antes das cisternas, as mulheres relatam que levantavam mais cedo para caminhar por alguns quilômetros com baldes, latas, carrinhos de mão, e quando possível utilizando algum de animal, como o jegue, e depois, ao chegar na “fonte de água”, pegar a água, encher e suspender o balde ou lata até a cabeça e caminhar de volta para casa, depois esvaziar a lata para garantir a água de cada dia.

Nesse capítulo pretendemos apresentar o resultado das entrevistas feitas com algumas mulheres na zona rural do município de Iramaia, semiárido Baiano. Essas mulheres nos contam como ter acesso a água potável mudou a vida delas, além da relação que elas têm com a cisterna. A política de construção de cisternas possibilitou a essas mulheres uma segurança hídrica que elas

não conheciam e com isso diminuiu o cansaço das caminhadas diárias em busca de água limpa. A divisão sexual do trabalho, no entanto, permaneceu intacta para elas, o tempo gasto para a busca da água acabou sendo substituído por novas tarefas na casa. Porém, estar livre do peso da lata d'água na cabeça por quilômetros e cotidianamente é uma conquista bem importante para elas.

1. Quem são essas mulheres do semiárido

Segundo Nalu Faria (2017), “ao se falar em mulheres rurais se está referindo a uma grande diversidade de pessoas que, por muito tempo, esteve totalmente invisibilizada, não reconhecida, sequer conhecida”. (FARIA, 2017, p. 193). As mulheres sertanejas estão há anos se organizando, mobilizadas para combater a mentalidade da submissão no sertão. Ainda segundo a autora:

“Foi a partir do processo de organização como sujeitos coletivos que foi possível a afirmação de suas identidades, práticas e saberes. Hoje elas são trabalhadoras rurais, camponesas, quilombolas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, ribeirinhas, indígenas, caiçaras, pantaneiras, faxinalenses, assalariadas: do campo, da floresta e das águas”. (FARIA, 2017, p.193)

As mulheres são 48% da população rural brasileira, isso significa 14,3 milhões de um total de 29,8 milhões de pessoas (PNAD 2014, *apud* FARIA, 2017, p. 199). A trajetória dessas mulheres é marcada pela luta pelo reconhecimento dos direitos como trabalhadoras rurais, direito a documentação, ao acesso à terra, a água, a crédito, e a participação política nos movimentos e na sociedade. Lutam por uma sociedade mais justa e mais igualitária, uma vez que na zona rural as desigualdades entre homens e mulheres são marcantes.

As mulheres rurais estão superando a subordinação patriarcal através da organização como sujeitos políticos e também como agricultoras. Elas estão em movimentos sociais e na construção de ações políticas. As políticas públicas pensadas para as mulheres rurais, implementadas nesses últimos anos, são resultado desse processo intenso de mobilização. Com muita luta essas mulheres são responsáveis pelas mudanças na forma como o Estado brasileiro as enxergavam.

Pensar na luta das mulheres do sertão é recordar Margarida Alves. Ela foi a primeira mulher a presidir o Sindicato de Trabalhadores rurais de Alagoa Grande na Paraíba e foi assassinada em 12 de agosto de 1983. Em um discurso de comemoração pelo 1º de maio, três

meses antes de morrer, ela disse que “é melhor morrer na luta do que morrer de fome”, essa frase inspira até hoje a Marcha das Margaridas. Segundo Moreno (2014), “a Marcha das Margaridas é uma das expressões deste processo de luta das trabalhadoras rurais. Sua primeira edição, no ano 2000, teve como lema: “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, demonstrando sua convergência política com o lema da Marcha Mundial das Mulheres²⁶, lançada internacionalmente no mesmo ano”. (MORENO, 2014, p. 34)

Segundo Moreno (2014), “a Marcha das Margaridas é uma grande mobilização nacional das mulheres trabalhadoras rurais, convocada e coordenada pela Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora Rural da CONTAG, que surgiu em adesão à Marcha Mundial das Mulheres, em 2000”. (SILVA *apud* MORENO, 2014, p.34). As Margaridas são trabalhadoras rurais, extrativistas, indígenas, quilombolas.

De acordo com Andrea Butto (2011) “as políticas de desenvolvimento rural até a década passada não reconheciam o trabalho das mulheres e o caracterizavam como mera ajuda aos homens. Esta concepção contribuía para a naturalização das desigualdades de gênero e a consequente dependência das mulheres ao universo masculino”. (BUTTO, 2011, p. 16).

O acesso a água como um direito é uma luta feminina. São as mulheres as principais atingidas pela seca, já que historicamente elas têm a responsabilidade na obtenção da água para o consumo humano, para produzir alimentos e para a higiene da família. O P1MC possibilitou que as mulheres beneficiadas estivessem mais preparadas para os longos períodos de estiagem uma vez que ter acesso a água é condição determinante para possibilitar melhores condições produtivas, sociais, e também econômicas para essas mulheres que no meio rural convivem com condições de trabalho mais duras.

²⁶ A Marcha Mundial das Mulheres nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. As ações começaram em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro, organizadas a partir do chamado “2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista”. A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. Mudar o mundo e mudar a vida das mulheres em um só movimento. Igualdade para todas. Fortalecimento de espaços coletivos das mulheres: populares, autônomos e diversos. Ações com criatividade para enfrentar o capitalismo patriarcal, racista e lesbobifóbico. Construção de alianças com os movimentos sociais em luta para transformar o mundo. Vincular o trabalho permanente em âmbito local com os temas e processos globais. Solidariedade e internacionalismo. São estas as principais características que levaram à construção da Marcha Mundial das Mulheres como um movimento permanente no Brasil e em todo o mundo.

Na presente pesquisa reunimos a percepção das mulheres beneficiárias do P1MC sobre o papel do programa no trabalho doméstico. Essas percepções foram coletadas a partir de entrevistas com algumas das mulheres beneficiadas pelo P1MC no município de Iramaia assim como entrevistas com alguns responsáveis pela execução do programa.

As entrevistas foram realizadas durante o mês de julho de 2017. Buscamos entender como as mulheres beneficiadas pelo P1MC percebem o programa e se essa política pública é capaz de contribuir para mudanças na vida cotidiana dessas mulheres. A previsão inicial era entrevistar ao menos dez mulheres beneficiadas. Buscamos selecionar mulheres de diferentes faixas etárias e moradoras de três comunidades distintas do município. Porém ao começar as entrevistas ficou evidente as dificuldades de acesso as mulheres por diversos motivos. Entre esses motivos citamos alguns aqui: o fato de ter apenas 20 dias para realizar as entrevistas; a zona rural do município é muito grande e as distâncias entre as comunidades são significativas; para entrevistar algumas das mulheres foi preciso ir a casas pelo menos três vezes; sempre que chegávamos às casas, essas mulheres estavam realizando alguma tarefa doméstica (limpando a casa, preparando o almoço, arrumando as/os filhas/os para a escola, cuidando de pequenos animais criados no quintal, como por exemplo galinhas, etc.), entre outras tarefas cotidianas, o que nos deixava constrangidas por estar, de certa forma, atrapalhando o seu cotidiano; em duas entrevistas contamos com a presença de outras pessoas na casa o que dificultou a fala das entrevistadas. Em uma delas a sogra da entrevistada insistia em responder as questões por ela e em outra o marido da entrevistada expressa sua opinião sobre as questões. Ao final conseguimos entrevistar oito mulheres e uma executora do projeto, totalizando nove pessoas entrevistadas.

Essas mulheres foram beneficiadas pelo programa através da Associação do Semi-Árido da Microrregião de Livramento – ASAMIL, que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada em 2004. Segundo informações do relatório de execução (Relatório de Atividades ASAMIL, 2009), O Projeto de Construção de Cisternas 1 – AP1MC foi financiado pela Secretaria de Desenvolvimento social e Combate à Pobreza do Estado Da Bahia (SEDES), em parceria com a Articulação do Semiárido (ASA). No bojo desse projeto, foram construídas 2.100 cisternas, em 15 municípios²⁷, entre 2004 e 2007.

²⁷ Dom Basílio, Érico Cardoso, Ibitipanga, Livramento de Nossa Senhora, Novo Horizonte, Paramirim, Rio do Pires, Boninal, Ibitiara, Piatã, Abaíra, Rio de Contas, Érico Cardoso, Barra da Estiva, Contendas do Sincorá, Iramaia, Tanhaçu, Ituaçu, Jussiape).

Quadro 1 - Perfil das mulheres entrevistadas

Entrevistada	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Número de Filhos	Participa em alguma organização social ou política?	Principal Ocupação	Tem renda própria?
1	58	1º grau incompleto	Casada	2	Sindicato de trabalhadores Rurais e associação comunitária	Dona de casa	Aposentadoria Rural
2	29	2º grau completo	Casada	1	Não	Dona de casa/Assistente de Professora	1 salário mínimo
3	62	1º grau incompleto	Casada	7	Sindicato de trabalhadores Rurais e associação comunitária	Dona de casa	Aposentadoria Rural
4	24	1º grau completo	Casada	2	Não	Dona de casa	Não
5	42	4ª serie	Casada	3	Não	Dona de casa	Bolsa Família (mas está sem receber)
6	59	Não soube informar	Casada (segundo casamento)	3	Sindicato de trabalhadores Rurais	Dona de casa	Aposentadoria Rural
7	40	1º grau completo	Separada	4	Não	Feirante	Venda de produtos na feira livre
8	39	1º grau completo	Casada	2	Não	Dona de casa	Não

Fonte: Elaboração própria

2. Buscar água é serviço de mulher?

Quando as mulheres que vivem na zona rural descrevem seu cotidiano elas falam sempre de muito trabalho. Percebemos então, que as relações desiguais de gênero condicionam uma forte divisão sexual do trabalho, que é desfavorável às mulheres.

Importante divulgar o levantamento feito pela EMBRAPA Semiárido (EMBRAPA, 2013), que aponta que uma pessoa no semiárido pode utilizar até 36 dias por ano em busca de água. Segundo a EMBRAPA, esses cálculos são feitos para algumas situações em que a pessoa gasta cerca de duas horas diárias no transporte da água para o consumo. Esse trabalho, como já falamos anteriormente, é trabalho das mulheres e das crianças, ou dos mais jovens. Na zona rural, a divisão sexual do trabalho separa as tarefas de casa como trabalho leve e as tarefas do roçado como trabalho pesado. Porém, quando averiguamos o que as mulheres do campo fazem, é visível que elas realizam uma enorme quantidade de atividades na roça, no quintal e na casa. Há uma associação entre as atividades da agricultura, as atividades domésticas e as de cuidados e no final, as mulheres estão sobrecarregadas e com uma imposição de tarefas.

Segundo Malvezzi (2001) “a captação de água é uma questão de gênero. O trabalho de abastecer a família com água no sertão brasileiro, é tarefa da mulher.” (MALVEZZI, 2001, *apud* SILVA, CAMPOS e NETO, 2005, p. 02). No semiárido são elas as responsáveis pela água utilizada na casa, ajudadas nessa tarefa pelas/os mais jovens da família. Esse trabalho, no entanto, pela representação social que possui, é considerado leve ou um não-trabalho, já que são realizados por mulheres e, portanto, têm um valor social menor.

As mulheres entrevistadas falam sobre o trabalho de buscar água. Uma das entrevistadas conta que andava cerca de 1 a 4 km até as fontes mais próximas, normalmente cacimbas ou açudes e carregava a água em latas, na cabeça ou sobre o lombo de jumentos (Entrevistada 2)²⁸. Uma das entrevistadas relatou que até hoje apresenta problemas como dores na coluna, nas pernas e nos ombros como consequência de anos carregando a lata de água na cabeça. (Entrevistada 3).

²⁸ Todos os nomes das mulheres nesse trabalho foram alterados para o número de sequência da entrevista para preservar o anonimato. Alguns detalhes das vidas pessoais das pessoas entrevistadas também foram omitidos para preservar o anonimato.

A maioria das mulheres ouvidas na pesquisa vivem em casas construídas em terrenos da família delas ou do marido e tem como vizinhas familiares. Elas se dividem entre as tarefas domésticas em suas próprias casas e a “ajuda” aos familiares com filhos pequenos ou cuidando dos idosos da família.

Vale ressaltar que as mulheres que vivem no semiárido começam o trabalho doméstico na infância, entre oito e doze anos elas são encarregadas das tarefas como carregar água, alimentar pequenos animais, cuidar da casa, ajudar com o cuidado dos mais velhos da família e dos irmãos pequenos. De acordo com uma das entrevistadas: “Eu tenho onze irmãos e minhas irmãs mais velhas que ajudavam a minha mãe a cuidar dos mais novos. Os mais velhos iam casando e os que ficavam e já eram maiozinhos, assumiam o trabalho”. (Entrevistada 1). Outra entrevistada conta que “uma lembrança de quando eu era bem mocinha é de ajudar minha mãe a ir buscar água no barreiro. Eu, uma irmã, uma tia e duas primas. A gente tinha que saltar cerca e não podia perder água que trazia na lata” (Entrevistada 8).

A feminização do trabalho coincide com a reprodução da divisão sexual deste. A entrevistada 4 nos conta que: “mulheres aqui só faz mesmo preparar a comida, cuidar de casa, dos filhos, buscar água, lavar e passar roupa. Ajuda na colheita também e ajuda a limpar a terra. Ajuda em tudo”. Com essas palavras ela descreve o seu trabalho diário como “ajuda”. Outra entrevistada é uma mulher jovem, mãe de 2 meninas. “Eu casei cedo, tenho as duas meninas. O meu marido trabalha com o pai no roçado e eu fico em casa cuidando das meninas e das coisas da casa. Essa menina mais velha (tem 4 anos) já estuda e todo dia de tarde eu levo ela para pegar o ônibus que passa bem aqui perto da porta de casa”. Conta a entrevistada 4.

Um ponto importante a destacar é que, quando as mulheres têm um emprego assalariado ou uma renda fixa, como por exemplo a aposentadoria rural ou bolsa família²⁹, é possível notar outra posição nas relações familiares. Essas mulheres conseguem ter algum poder de opinar sobre as decisões familiares, uma vez que deixaram de depender totalmente da renda do marido. Uma das mulheres entrevistadas para esta pesquisa trabalha como auxiliar numa escola para crianças pequenas, outras três são aposentadas e uma vende alimento na feira livre. Foi

²⁹ Segundo a socióloga Walquiria Leão Rego, em seu livro “Vozes do Bolsa Família” ela aponta que “o Bolsa Família enfraqueceu o coronelismo. O dinheiro vem no nome da mulher, com uma senha dela e é ela que vai ao banco; não tem que pedir para ninguém. É muito diferente se o governo entregasse o dinheiro ao prefeito”. Trechos da entrevista da socióloga Walquiria Leão Rego por ocasião do lançamento do seu livro com Alessandro Pinzani, “Vozes do Bolsa Família”.

interessante ouvir delas que essa renda ou contribuição financeira para a família, favoreceu e muito para torná-las mais visíveis e importantes perante a família.

No decorrer da conversa a entrevistada 1 nos conta que com uma parte do salário que recebe, por ser aposentada como trabalhadora rural, ela comprou carneiros e começou a cuidar deles para poder vendê-los e aumentar a renda da família. Segundo ela “a primeira coisa que fiz quando consegui engordar o primeiro carneiro, foi vender e com o dinheiro construí banheiro da casa”. Ela segue “O banheiro era o sonho da família, agora estou esperando o segundo bichinho engordar para vender e terminar a construção”. É um orgulho para ela ser a responsável pela melhora da qualidade de vida da família.

A entrevistada 5 é uma mulher de 45 anos e 03 filhas. Duas de suas filhas já estão casadas e só uma mora com ela: “Meu marido não tem emprego fixo e trabalha como diarista nas fazendas de café da região. Eu nunca trabalhei fora e recebia o Bolsa Família, do mês de maio pra cá não recebi mais. Já procurei a prefeitura várias vezes e não vejo solução, não sei o que fazer, esse benefício ajudava demais a gente”.

A entrevistada 2 conseguiu um trabalho de meio turno numa escola perto da sua casa. Ela comenta a sua felicidade em conseguir este emprego. “Eu sempre trabalhei antes de casar e ter filho. Já estava um tempo sem emprego e ser só dona de casa me deixava triste. Agora tenho uma renda e não dependo tanto de dinheiro de marido”.

O trabalho doméstico parece ser encarado pelas mulheres ouvidas como uma tarefa natural para elas. Quando perguntadas sobre como era a divisão do trabalho doméstico nas suas casas elas respondiam: “Nós somos mulher. A gente tem que casar, ter filhos e cuidar da casa [...] a mulher deve ajudar o marido na roça, cuidar da família, da casa, dos filhos [...] por mais que a mulher ajuda é o homem tem a responsabilidade de colocar a comida em casa”. (Entrevistada 3). A sexta entrevistada também corrobora essa visão: “Homem trabalha mais e tem mais responsabilidade”.

A entrevistada 1 tem 58 anos, e vive com o marido e conseguiu se aposentar. Ela tem dois filhos (filhos homens) e ambos já são casados. Um deles mora numa casa muito perto da sua e ela tem a tarefa também de cuidar do neto. “Tenho que ajudar cuidar do neto. É minha obrigação e eu gosto também”.

Todas as mulheres entrevistadas têm a percepção que as mulheres, inclusive elas, são guerreiras. “Todas somos lutadoras e enfrentamos as contrariedades e a discriminação”.

(Entrevistada 2). Para elas é normal que as mulheres vivam no cotidiano a batalha de cuidar dos filhos, do marido, da casa, de algum membro da família mais idoso ou com um problema de saúde que exige mais cuidado, das crianças. “Ser mulher é ser guerreira. É carregar a família nos ombros”. (Entrevistada 8). “Ser mulher é ter força para recomeçar. Porque mulher é lutadora”. (Entrevistada 4). Ou “ser mulher é isso aí, a gente não para nunca”. (Entrevistada 7).

De uma maneira geral, as mulheres ouvidas consideram que a cisterna teve um impacto positivo sobre a vida delas. A sexta entrevistada inicia a conversa falando que “a cisterna é uma maravilha. Ajuda demais ter água do lado de casa e não precisar andar no sol quente atrás de água [...] sem a água tudo era ruim demais. Eu andava uma légua, com a lata na cabeça, em busca de água. Graças a Deus não passo mais necessidade”, afirmou ela.

A cisterna indiscutivelmente proporciona a melhora da qualidade de vida para as famílias e para as mulheres. São muitas as evidências disso. As mulheres relatam que ganharam tempo a partir do momento que tem uma cisterna com água ao lado da casa. Porém, muitas vezes, esse tempo é utilizado para realizar outras atividades domésticas. Sucupira e Freitas (2014) alertam que “enquanto para a maior parte dos homens o tempo tem um caráter descontínuo, dividido entre tempo de trabalho e tempo de ócio, para grande parte das mulheres ele tem um caráter contínuo, estruturado e organizado em função dos outros”. (SUCUPIRA e FREITAS, 2014, p. 113).

Durante as entrevistas as falas das mulheres confirmaram que a água é sua responsabilidade cotidiana. Elas precisam da água para começar seu dia. Para escovar os dentes (ela e toda a família) e para todas as tarefas domésticas, tarefas de cuidado da horta, quintal e dos animais pequenos dependem de ter água a disposição. Por isso buscar água é a primeira tarefa do dia para as mulheres da zona rural. E essa tarefa é realizada bem cedo. Por isso as mulheres valorizam tanto ter uma cisterna ao lado da casa. A cisterna é fundamental pois o acesso à água e o trabalho doméstico estão interligados, e ter uma cisterna ao lado da casa, se não diminui a carga de trabalho, as liberta das caminhadas diárias. Percebemos então que a divisão sexual do trabalho no sertão ainda define que buscar a água é um serviço de mulher.

Há uma canção de Chico César e Vanessa da Mata, que nos ajuda a visualizar o significado da tarefa cotidiana de buscar água realizada pelas mulheres:

“Já se pode ver ao longe a Senhora com a lata na cabeça equilibrando a lata vesga mais do que o corpo dita, que faz o equilíbrio cego a lata não mostra o corpo que entorta pra lata ficar reta pra cada braço uma força de força não geme uma nota a lata só cerca, não leva a

água na estrada morta e a força que nunca seca pra água que é tão pouca. ” (Chico Cesar e Vanessa da Mata, A força que nunca seca, 1999).

3. Mulheres e cisternas

As mulheres entrevistadas para este trabalho contam que na região rural onde elas vivem as chuvas são irregulares e o abastecimento de água é precário. Antes das cisternas elas necessitavam caminhar alguns quilômetros todos os dias para garantir água potável para a suas famílias. Essas mulheres que foram beneficiadas pelo P1MC, e contam que agradecem todos os dias por desfrutarem do programa e que elas consideram a cisterna uma “rainha”.

Antes da cisterna as jornadas prolongadas em busca de água, percorrendo longas distâncias eram diárias e exaustivas. Segundo algumas entrevistadas do pouco de água que está disponível, há muita água que já não serve para beber e nem cozinhar. Além da poluição de algumas reservas de águas, elas apontam o desmatamento e a erosão dos solos como fatores que trazem sérias consequências para a população da zona rural. “A água que a gente tinha antes da cisterna era dividida com animais. Vacas, cavalos, jegues, e isso sujava muito a água”. Conta a entrevistada 6. Ela segue: “era duro caminhar no sol quente e chegar lá e ter que quase brigar com os bichos para poder pegar água”. A entrevistada 7 nos conta que “antes sabíamos certinho a época que ia chover. Agora não é mais assim. Escuto falar na televisão que o desmatamento é que faz isso e aqui quase não tem mais a caatinga. Cortaram tudo para plantar capim”.

Ponto importante a destacar são os cursos de capacitação. As mulheres contam que todas as famílias que receberam uma cisterna participam obrigatoriamente de um curso de capacitação do P1MC. Esses cursos são direcionados às famílias e aos pedreiros envolvidos no programa. A ASA chama de Cursos de Gestão de Recursos Hídricos. As mulheres entrevistadas contam que o curso é muito importante porque é neste espaço que elas aprendem a importância da captação e do manejo da água da chuva para a melhoria das condições de vida das famílias. Outro ponto importante da aprendizagem é perceber que o acesso à água como um direito básico e a cisterna como uma conquista.

A convivência com o Semiárido, reflexões sobre o Estado e a sociedade civil e o modelo de desenvolvimento na região semiárida também são temas abordados no curso. A entrevistada 8 relata que aprendeu muito sobre recursos hídricos e que “depois deste curso eu não bebo água de barreiro nem que me matem. Depois que veio a cisterna ninguém mais quer beber outra água”.

As mulheres relatam que perceberam a dimensão política do acesso aos recursos hídricos e hoje sabem que acesso a água de qualidade é um direito e não um “favor dos políticos”. Depois das cisternas elas conseguem perceber que devem reivindicar a democratização do acesso à água para toda a comunidade. E como elas dizem: “Água de qualidade”. A Entrevistada 6 nos conta que “já aconteceu aqui, antes da cisterna, de o carro-pipa aparecer para abastecer o tanque de cimento do vizinho que votou no vereador e pular a casa de quem votou contra. Hoje a gente sabe que todo mundo tem o mesmo direito a essa água”. Segundo ela “o curso também ajudou a enxergar essas coisas”.

Entrevistamos uma das gestoras do programa e ela nos conta sobre importância desses cursos de capacitação para o programa e para as mulheres. Ela é a nossa entrevistada 9. Segundo ela, “já no primeiro contato com as famílias as entidades conversam apresentando o projeto e capacitando como é feita a construção das cisternas bem como a utilização da água e o tratamento para a água de beber”. Sobre a construção das cisternas ela conta que o “as vezes as comunidades rurais não possuem pedreiros que tenham habilidade com a construção das cisternas de placas, então as entidades que gerenciam os projetos convidam pedreiros já acostumados na construção de cisternas de placas e as famílias ajudam na execução das cisternas em toda a comunidade”. Porém ela faz uma ressalva da importância de formar mulheres para construir as cisternas. “É tão importante que as mulheres também saibam construir cisternas porque isso contribui, por meio da geração de renda, mesmo que temporária, com a autonomia financeira dessas mulheres”. De acordo com ela, as mulheres ainda enfrentam um preconceito ao exercerem uma atividade historicamente exercida por homens. Algumas pessoas falam “que isso é coisa de mulher machão” ou que a “a cisterna não vai prestar, vai estourar”. “Por isso é tão importante essas capacitações” conclui ela.

Durante as entrevistas as mulheres falaram sobre a relação delas e a relação dos maridos e filhos, com a cisterna. A maioria conta que a cisterna é mais importante para elas do que para os outros membros da família. “Eu que me preocupo se a cisterna está limpa, se precisa cuidar do

telhado para quando a chuva chegar a ter a certeza que a água que vai para a cisterna é boa. Agora eu mando ele (o marido) subir no telhado pra ver a situação das telhas e da calha. Ou ele arrumar quem faça isso”. Relata a entrevistada 1. “Sempre confiro se lugar ao redor da cisterna está limpo, sem mato crescendo perto, sem perigo de rachadura na parede. Cuido muito bem dela” conta a entrevistada 5.

As mulheres contaram um pouco das suas histórias de vida e compararam o antes e o depois das cisternas. Todas elas falaram que mesmo com a chegada da cisterna, a atividade de buscar água para realizar as tarefas domésticas, higiene da família, regar as plantas (hortas e pomar) e para o consumo dos pequenos animais, continua sendo exercida por elas mulheres. Porém, elas consideram que a vida era mais difícil antes por que acordavam mais cedo para buscar água andando quilômetros, com baldes na cabeça e as vezes faziam isso mais de uma vez ao dia.

Outro dado que chamou muito a atenção é que as mulheres valorizam muito o programa de cisternas e fazem a conexão entre esse programa e os demais programas como Luz para todos, Bolsa Família, Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), ampliação do acesso a aposentadoria rural, a valorização do salário mínimo, etc. Percebem também que há uma ligação entre os governos Lula e Dilma e as mudanças na sua vida e da sua família.

De uma maneira geral, muitas se dedicam a cuidar da alimentação da família e nos quintais produzem frutas, legumes e tem pequenas criações como galinhas caipiras e galinhas d’angola. Perguntamos para essas mulheres que tem essa produção se as cisternas impactaram na sua autonomia financeira. Elas responderam que o produzem não é vendido, é trocado. “Uma vizinha tem ovo, a outra vizinha uma banana, outra uma farinha e assim trocamos entre nós”, conta a entrevistada 5. A entrevistada 1, conta que: “antes eu buscava água para beber, para tudo a uma distância de um quilômetro. Agora, com a cisterna, eu faço polpa das frutas, tenho uma horta e crio galinhas. Antes não tinha horta, porque não podia carregar água na cabeça para molhar plantas”. E como a entrevistada 5 ela diz: “Eu troco com as vizinhas. Uma tem ovos, outra um quiabo, outra uma tapioca e assim vamos vivendo”. A entrevistada 3 relatou o mesmo. Nesse sentido, a construção da economia dessas mulheres está baseada no autoconsumo. Não parece existir condições e espaços de comercialização dos excedentes.

A divisão sexual do trabalho aparece aqui também, uma vez que os homens estão relacionados às atividades de comércio e renda, e as mulheres devem se concentrar em atividades para o autoconsumo familiar. De acordo com Faria (2017), há uma tendência a manter as mulheres

nas atividades sem remuneração, que também pode ser confirmada em situações em que, quando determinada atividade realizada pelas mulheres começa a gerar uma renda maior, ela é rapidamente apropriada pelos homens. (FARIA, 2017). O único relato que contraria essa realidade é o da sétima entrevistada, que tem como renda principal vender goma de tapioca e banana na feira livre.

A cisterna é considerada um patrimônio que mudou a vida das famílias. “Se não fosse essa água da cisterna a gente teria passado mal nesse período de seca. A cisterna é uma coisa muito importante”, afirma a Entrevistada 8. Porém, ela ressalta que para lavar a roupa da família ela continua caminhando pelo menos um quilômetro, uma vez por semana. Esse problema também foi relatado pelas outras as outras mulheres entrevistadas. Para elas seria muito bom se “alguém pensasse” uma maneira de ter também uma cisterna construída com recursos do Estado, “por a gente não tem esse dinheiro, e falta essa água para utilizar em tarefas que gasta mais água como é lavar roupas”. Fala a entrevistada 8. A entrevistada 2 nos conta que “para lavar roupa, eu continuo indo na fonte porque é só uma vez por semana e não posso correr o risco de ficar sem essa água limpinha e boa que tenho na cisterna. Deus me livre de não ter água boa para beber”.

A água da cisterna segundo as mulheres entrevistadas deve ser usada para cozinhar e beber. Como os períodos de estiagem estão longos as mulheres têm medo de usar a água da cisterna para atividades que utilizam muita água como lavar roupa, e isso contribuir para o desabastecimento da cisterna, que é a garantia de água de boa qualidade. A política apresenta esse limite ao não prever a ampliação do estoque de água para o uso nas tarefas domésticas que consomem maior quantidade de água.

Ressaltamos que além do P1MC a ASA possui outros programas e políticas públicas, entre elas o P1+2 – Programa Uma Terra e Duas Águas. Esse programa tem o intuito de ampliar o estoque de água das famílias para dá conta das necessidades de plantios e das criações de animais.

Quanto à divisão sexual do trabalho, nas respostas dadas pelas mulheres, quando questionamos sobre quais as atividades elas desenvolvem durante o dia e se dividem estas tarefas com maridos e filhos, identificamos que elas realizam a grande maioria das atividades sozinhas. São várias funções ao longo do dia. “Não tenho horário pra começar e nem terminar” comenta a entrevistada 4. Isso demonstra como o trabalho das mulheres é refratário à medição do tempo, porém elas apontam que a rotina de trabalho e o uso do tempo são flexíveis durante o dia a dia. Por exemplo, a entrevistada 3 nos conta que “quando estou muito cansada paro e descanso um pouco

[...] quando o sol está muito quente deixo para lavar a roupa em outro horário”. Apesar disso, a jornada de trabalho é dura e longa.

Uma das entrevistadas conta que ela acorda as “cinco da manhã para colocar o café no fogo, colocar a comida para os bichos (galinhas, cabras), põe o feijão no fogo, varre e passa pano na casa, prepara o almoço, molha as plantas do quintal, vai colocar água para as galinhas e outros bichos, coloca o almoço na mesa, lava os pratos depois do almoço, varre o terreiro, prepara o jantar... e é a última a dormi.” (Entrevistada 1). As entrevistadas que tem filhos pequenos (duas delas), contam que além dessa rotina de preparar o café da manhã, almoço e jantar, limpar a casa, elas têm que cuidar de todas as tarefas com o filho. A entrevistada 2 conta que além dessas tarefas domésticas e de cuidado com a família (filho e marido) ela exerce tarefas de cuidado na escola onde trabalha com crianças. Enfrentar todos os dias essa jornada faz parte da rotina dessas mulheres. Uma delas falou: “Eu gosto demais de trabalhar. Mas fiquei aqui pensando que não paro um segundo.” (Entrevistada 4).

A gestora entrevistada conta que sempre escuta nos cursos de capacitação as mulheres dizendo que “com a cisterna é possível ter água de qualidade pertinho, ao lado de casa, e com isso já sobra tempo para se dedicar a outras coisas, até para assistir televisão”. Porém, ela segue: “embora o PIMC não tenha interferência na diminuição carga de trabalho doméstico exercida pelas mulheres, nem na divisão sexual do trabalho como ela está desenhada, o programa consegue trazer mais qualidade de vida para as mulheres porque traz água limpa para as comunidades onde a água ainda era impossível chegar. A água chega o mais próximo das residências e assim diminui o trabalho braçal de buscar água longe das casas. Seja para atividades domésticas ou da agricultura familiar”.

Quando iniciamos este trabalho, eu tinha uma expectativa que as mulheres beneficiadas pelo programa, contariam que, com a cisterna ao lado da casa, elas passaram a usar o tempo que antes era utilizado para caminhar na busca de água com lazer, descanso, formação, etc., porém elas aproveitam esse tempo para seguir com mais tarefas domésticas. A maioria para de trabalhar a noite e aí vai “assistir novela”, ou no “domingo vão na igreja”. Uma das entrevistas contou: “as vezes eu saio e tomo uma cervejinha né!” As mulheres sentem que não podem “ficar paradas” que “precisam sempre está realizando algum trabalho”.

Mesmo com todos os avanços dos últimos anos, o espaço rural ainda segue valorizando o trabalho dos homens e tratando como invisível o trabalho das mulheres. Acreditamos que as

políticas públicas são fundamentais e contribuem para o rompimento de práticas que fortalecem as desigualdades entre homens e mulheres, porém as políticas públicas devem ser acompanhadas de transformações profundas nas práticas e nas relações sociais construídas historicamente. Nós, mulheres, precisamos seguir mobilizadas para mudar a nossa própria vida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A água é vital para a vida e para as mulheres sertanejas. As mulheres sertanejas são responsáveis pelo uso da água para o consumo da família (beber, cozinhar e higiene pessoal) e para as tarefas domésticas, de modo a garantir a segurança alimentar das suas famílias. As mulheres necessitam de água, também, para o cultivo das hortas e o cuidado com os pequenos animais que são utilizados na alimentação.

Algumas das questões que nortearam a pesquisa de campo foram: Quem cuida da cisterna? A construção de uma cisterna de placas ao lado da casa facilitou o acesso a água? Com a construção da cisterna ao lado da casa o trabalho dessas mulheres aumentou ou diminuiu? Essas mulheres têm participação em espaços de organização da comunidade local? Existem espaços de organização para essas mulheres? A cisterna ajudou na autonomia dessas mulheres? Se ajudou, de que modo ajudou? A construção das cisternas possibilitou novos arranjos na divisão das tarefas entre os membros das famílias?

Com a seca são as mulheres as que mais sofrem. As longas estiagens transformam a água no recurso natural mais escasso e valioso do sertão. Além de todos os problemas acarretados pela seca, nos anos de estiagem mais longas e seca mais dura, era muito comum os homens (maridos e filhos maiores) migrarem, principalmente para o Sudeste, em busca de trabalho servindo como mão-de-obra barata. Ao final de cada mês eles mandavam para casa o que conseguiam “juntar” e assim que a chuva caía voltavam a sua terra natal, no ano seguinte migravam novamente. Alguns desses homens ficavam no Sudeste e depois de alguns anos voltavam para buscar sua família. E em alguns casos ficavam por lá, formavam outra família esquecendo a mulher e filhos no sertão. Essa foi a realidade do semiárido e de muitas mulheres sertanejas por muitos anos. As mulheres que passaram pela experiência de ver seus companheiros migrarem em busca de sustento para a família assumiam a chefia da família até o retorno do marido. Ou seja, essas mulheres mesmo assumindo todas as atividades antes ditas masculinas, tem seguido invisibilizadas. Discutir gênero e divisão sexual do trabalho no contexto do semiárido é, portanto, fundamental.

Com os governos do PT as políticas como o Bolsa Família, o P1MC, políticas de acesso ao crédito rural, Luz para todos, ampliação do acesso a aposentadoria rural, etc., foram capazes de garantir uma segurança aos sertanejos e o ciclo de migração nos períodos de seca foram paralisados.

Com água potável na porta de casa e com alimentação básica garantida, os/as sertanejos/as puderam resistir em sua terra sem precisar migrar.

As mulheres entrevistadas para essa dissertação dividem a narrativa do cotidiano delas como antes e depois da cisterna. Elas contam que antes do programa, o dia a dia era marcado pela dificuldade do acesso a água e suas consequências. As mulheres têm, associadas a elas, o trabalho reprodutivo e, antes das cisternas, eram também responsáveis pelo transporte da água, reserva e seu manuseio. Eram elas, com a ajuda das crianças, que caminhavam um, dois ou mais quilômetros para pegar água. Essa era uma rotina diária. A chegada da cisterna deu segurança hídrica, além de diminuir a carga do trabalho físico pesado que significava o transporte da água.

A cisterna garante que a água que cai em alguns meses e de forma concentrada no sertão fique guardada. É uma solução simples e barata que se tornou conhecida e revolucionou o semiárido a partir da ASA. Essa rede de organizações sociais é uma das responsáveis por transformar a realidade do semiárido uma vez que antes dessa entidade o combate à seca era o que predominava no sertão, e depois da ASA sabemos que a convivência com o semiárido é algo possível.

A experiência da política do P1MC mostra como é importante a ação dos movimentos sociais para que uma política seja pensada, construída, implementada e possibilite a mudança na vida dos/as beneficiários/as por essa política pública. O P1MC é uma política construída a partir da mobilização dos movimentos, que ganhou apoio a partir do governo Lula, alcançou também algumas instituições privadas e de cooperação e hoje é uma política importante e reconhecida no combate a carência hídrica. Sem a participação dos movimentos sociais, essa política não teria atingido esses resultados.

A presença e a participação das mulheres nos Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, nas associações Comunitárias Rurais, nos movimentos de mulheres, nas pastorais, etc., vem contribuindo para a auto-organização e o fortalecimento das lutas pelos direitos das mulheres. Outro ponto fundamental é que a igualdade de gênero deve organizar o sentido das políticas públicas, reflexo dessas lutas. Essas políticas precisam alterar a prática social que prolifera a desigualdade entre homens e mulheres e garantir direitos, ajudar na construção da autonomia, liberdade e desconstruir as desigualdades.

O PIMC contribuiu para que as mulheres tivessem a segurança hídrica³⁰ que elas nunca haviam experimentando. Ter água ao lado da casa no período de maior insegurança e vulnerabilidade que traz uma seca é algo que tranquiliza as mulheres. Durante as entrevistas identificamos que a cisterna é muito importante para as mulheres devido a facilidade ao acesso a água de boa qualidade que se tornou disponível ao lado da casa, sem necessidade de longas caminhadas até as fontes. Além da redução de doenças vinculadas à água³¹.

Outro ponto importante é que não ter acesso, ou ter o acesso de forma limitada a água sempre atrapalhou e comprometeu a produção de alimentos. Como já falamos, as mulheres rurais têm um importante papel na segurança alimentar das suas famílias, mas para produzirem, mesmo que em pequenas hortas nos quintais ou para criar pequenos animais como galinhas, elas necessitam de água. Embora a água seja um bem público e um direito fundamental, ela sempre foi tratada como moeda de troca pelos setores dominantes da sociedade. Por isso é tão necessário que os governos adotem e garantam a implementação plena políticas públicas voltadas para as mulheres das zonas rurais.

Importante ressaltar o papel das mulheres na consolidação do programa e registrar que são elas as que participam ativamente das reuniões nas associações, se envolvem na mobilização além de cuidarem da manutenção da cisterna. Durante as entrevistas, as mulheres contaram que a relação dos homens com a cisterna é diferente da relação delas. Como elas veem na cisterna uma aliada importante no seu cotidiano, elas se preocupam com a preservação da mesma, sempre verificam se o telhado da casa está em boas condições para receber a chuva, se a calha por onde a água chega do telhado está desentupida e limpa, se não tem rachaduras e se está limpa. Enfim, elas cuidam com toda atenção e compromisso. Aos homens elas delegam a tarefa de conferir como estão o telhado e a calha.

A atividade de buscar água, para realizar as tarefas domésticas, foi e continua sendo até hoje exercida pelas mulheres. Mesmo com a chegada das cisternas, permanece como papel das

³⁰ Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), segurança hídrica é "assegurar o acesso sustentável à água de qualidade, em quantidade adequada à manutenção dos meios de vida, do bem-estar humano [...] garantir proteção contra a poluição hídrica e desastres relacionados à água. Preservar os ecossistemas em um clima de paz e estabilidade política".

³¹ Segundo a ASA em 2007 e 2008, a Fiocruz fez uma pesquisa e identificou impactos positivos até mesmo na saúde das crianças, já que os casos de diarreia, que quase sempre são causados pela ingestão de água impura, tinham diminuído drasticamente.

mulheres prover a água para lavar, cozinhar, beber, tomar banho e regar as plantas. Essa sobrecarga produzida pelas tarefas domésticas e de cuidados é dividida entre filhas, sobrinhas e netas. Ou seja, são sempre mulheres da casa ou família que se revezam e se ajudam mutuamente para a realização do trabalho doméstico e de cuidados. Infelizmente é um processo continuado e de geração a geração de reprodução da divisão sexual do trabalho. O PIMC, por todos os motivos que já apontamos no texto, é um programa importante e fundamental na vida das mulheres do semiárido. Porém não conseguiu ainda incluir o debate da divisão sexual do trabalho na agenda das famílias beneficiadas pelo programa.

Algo importante é pensar como as mulheres com cisternas organizavam antes seu tempo e como organizam agora. Antes das cisternas elas acordavam pensando na caminhada até o local mais próximo para buscar água. Uma das mudanças dessa política, como já falamos é que ninguém mais terá que sair andando sob o sol do sertão até o açude mais próximo. As mulheres entrevistadas consideram a cisterna essencial porque a atividade diária de buscar água era muito desgastante. Segundo elas não era só tempo perdido. “Buscar água com lata na cabeça é uma atividade muito desgastante. Para começar, os açudes ficam quase sempre em lugares baixos, e quando buscamos a água a gente desce com a lata vazia e sobe de lata cheia na cabeça”, falou a entrevistada 3. Esse é um trabalho que nunca foi valorizado, que sempre cabe à mulher da casa. As mulheres entrevistadas contam que caminhavam uma hora para conseguir água. Com as cisternas, muda isso, aumenta seu tempo livre, porém esse tempo livre da caminhada se transforma em mais uma hora de trabalho doméstico ou de cuidados, ou ainda em ajuda ao marido na roça ou na produção de alimentos no quintal.

Durante as entrevistas perguntamos as mulheres se com a construção da cisterna ao lado da casa o trabalho dessas mulheres aumentou ou diminuiu? A cisterna ajudou na autonomia dessas mulheres? Se ajudou, de que modo ajudou? A construção das cisternas possibilitou novos arranjos na divisão das tarefas entre os membros das famílias? As mulheres responderam e mostraram (uma vez que as entrevistei em suas casas e acompanhei um pouco da sua rotina diária) que seguem acordando as cinco horas da manhã como sempre foi. Segundo uma das entrevistadas ela lembra as “cinco da manhã para colocar o café no fogo, colocar a comida para os bichos (galinhas, cabras), põe o feijão no fogo, varre e passa pano na casa, prepara o almoço, molha as plantas do quintal, vai colocar água para as galinhas e outros bichos, coloca o almoço na mesa, lava os pratos depois do almoço, varre o terreiro, prepara o jantar... e é a última a dormir.” (Entrevistada

1). As entrevistadas que tem filhos pequenos (duas delas), contam que além dessa rotina de preparar o café da manhã, almoço e jantar, limpar a casa, elas têm que cuidar de todas as tarefas com o filho. A entrevistada 2 conta que além dessas tarefas domésticas e de cuidado com a família (filho e marido) ela exerce tarefas de cuidado na escola onde trabalha com crianças. Enfrentar todos os dias essa jornada faz parte da rotina dessas mulheres. Uma delas falou: “Eu gosto demais de trabalhar. Mas fiquei aqui pensando que não paro um segundo.” (Entrevistada 4).

Esse é um limite que percebemos no programa. É fundamental começar a contribuir para a formação das famílias beneficiadas pelo programa para o compartilhamento das tarefas domésticas entre homens e mulheres. As mulheres precisam de novas opções de inserção na sociedade e não podem seguir como as únicas responsáveis por todas as tarefas da casa e do cuidado. A divisão sexual do trabalho, que impõe a existência de trabalho de mulher (trabalhos invisibilizado) e trabalho de homem, é estruturante para o sistema capitalista.

Nossa pesquisa buscou discutir se a política pública de construção de cisternas (PIMC) poderia interferir na divisão sexual do trabalho, assim como contribuir na conquista de autonomia das mulheres beneficiadas no Município de Iramaia, na Bahia. Para realizar as entrevistas tivemos algumas dificuldades, entre elas o fato de que as mulheres têm uma carga muito grande de tarefas domésticas no seu dia a dia. Ao chegar nas casas para entrevista-las, sempre as encontrava limpando a casa, preparando o almoço, cuidando de um filho, cuidando de pequenos animais ou da horta. As mulheres paravam suas tarefas e conversavam com muito ânimo, porém, esse acumulado de tarefas me fazia sentir “atrapalhando” e “atrasando” a entrevistada, uma vez que elas têm como cronograma de trabalho onde limpar a casa e preparar o almoço deve ser realizado antes do meio dia. Em outros casos a entrevista foi acompanhada do marido ou de outro membro da família, o que deixou as mulheres “pouco à vontade” para falar como se dá a relação do trabalho doméstico e de cuidados com os homens da família e sobre sua autonomia.

Durante as entrevistas falamos sobre a autonomia delas e a maioria das nossas entrevistadas relataram como num município pequeno e com grande área territorial rural é difícil encontrar alternativas de emprego assalariado ou alguma renda mensal. A dificuldade não pesa só para elas, mas também para os jovens (filhas/os e sobrinhas/os) que muitas vezes tem que migrar para conseguir trabalho assalariado. Algumas dessas mulheres já trabalharam com carteira assinada, porém foi por um curto período. A maioria depende ou já dependeu do marido para sobreviver e hoje algumas são aposentadas, mas até conseguir esse benefício foi um longo caminho

percorrido. Elas apontam a chegada do programa Bolsa Família como muito importante para que algumas delas tivessem alguma autonomia financeira. Não só para as entrevistadas que tiveram acesso, mas para as vizinhas e outras mulheres da família. Com o golpe, que tirou a presidenta Dilma da presidência, o governo que assumiu em seu lugar está diminuindo o número de beneficiadas/os desses programas de transferências de renda.

Há comprovação que as cisternas são um dos recursos indicados para a convivência com a realidade do nosso semiárido. Apesar de todos os benefícios desse programa, confirmado inclusive com prêmios internacionais³², a ASA denuncia que para 2018 o governo Temer anunciou um corte de 92% no orçamento do programa. Esse corte brutal no orçamento do programa ameaça seriamente essa política pública. Na atual conjuntura a continuidade e aprofundamento da política de convivência com o Semiárido que estava sendo implementada na última década, mesmo com suas limitações, está duramente ameaçada. A velha política de combate à seca volta a bater nas nossas portas.

No decorrer das entrevistas e das leituras ficou ainda mais claro para mim que seca não se combate, se convive. O direito à água é fundamental e central, não se limita a construção de cisternas e as mulheres rurais são fundamentais na luta pelo direito ao acesso à água, e na garantia da segurança hídrica e alimentar no semiárido. A ASA é um acontecimento no semiárido porque junta diversos movimentos sociais e as comunidades rurais para discutir e propor a viabilidade no semiárido. As mobilizações e ações devem seguir porque é possível viver com dignidade no sertão.

As mulheres rurais têm menos acesso do que os homens rurais aos recursos produtivos, serviços e oportunidades. Acesso diferenciado à terra, ao crédito, ao trabalho remunerado, etc., esses são alguns exemplos dessa desigualdade de gênero que essas mulheres vivenciam todos os

³² Em 2008 recebeu o Prêmio Josué de Castro de Boas Práticas em Gestão de Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional, na categoria Sociedade Civil, em 2006, Prêmio da Agência Nacional de Águas – ANA, na categoria Uso Racional de Recursos Hídricos; em 2005 o Prêmio ODM, organizado pelo governo federal, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil) e Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade. Em 2009 o Prêmio Sementes 2009, da Organização das Nações Unidas (ONU), concedido a projetos de países em desenvolvimento feitos em parceria entre organizações não-governamentais, comunidades e governos. Em 2011, na China, durante a 13ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (COP 13), o programa de cisternas foi premiado como uma das mais efetivas políticas públicas para áreas em processo de desertificação do mundo.

dias. Sabemos que sem a igualdade de gênero, a autonomia econômica, social e política das mulheres rurais, assim como a segurança hídrica e alimentar, não serão alcançadas plenamente.

Como já falamos, essas mulheres estão superando a subordinação patriarcal através da organização como sujeitos políticos, também como trabalhadoras rurais e agricultoras. Elas estão mobilizadas e assim seguirão. Reconhecem que ter acesso a políticas públicas que colaborem para que elas tenham direito de controlar seu tempo é fundamental para a construção da autonomia feminina. Questionar a divisão sexual do trabalho é estrutural para acabar com as desigualdades tão gritantes que vivem as mulheres rurais, uma vez que ter controle sobre o tempo significa dominar a própria vida.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Atlas Brasil: abastecimento urbano de água: resultados por Estado**. Engecorps/Cobrape. Brasília. 2010.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). **Atlas irrigação: uso da água na agricultura irrigada / Agência Nacional de Águas** - Brasília: ANA, 2017. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/publicacoes/AtlasIrigacao-UsodaAguanaAgriculturaIrigada.pdf>. Último acesso em: 26 jan. 2018.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil) (ANA). **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**. Brasília: ANA, 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil) (ANA). **Outorga de direito de uso de recursos hídricos**. (Cadernos de capacitação em recursos hídricos; v.1 vol. 6). Brasília: SAG, 2011.

ALVAREZ, Sonia. **Falas do Estado ou o estado das falas sobre as mulheres nas administrações democrático-populares**. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA; Maria Lúcia da (Orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

ANDRADE, Maria do Carmo. **Antônio Conselheiro**. Biblioteca Da Fundação Joaquim Nabuco. 2009. Informações disponíveis em: http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=330>. Último acesso em: 25 jan. 2018.

Articulação do Semiárido Brasileiro. (ASA). **FEBRABAN e o projeto Cisternas**. 2017. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/26-noticias/ultimas-noticias/665-febraban-e-o-projeto-cisternas>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). **Sobre nós – História**. 2017. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>>. Último acesso em 28 dez. 2017.

Articulação no Semiárido Brasileiro. (ASA). **Carta Política VI ENCONASA**. Crato, Ceará, 24 de novembro de 2006. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/Microsoft%20Word%20-%20carta%20final%20-%20revisada.pdf>. >. Último acesso em: 18 dez. 2017.

Articulação no Semiárido Brasileiro. (ASA). **Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC)**. Disponível em: <http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>>. Último acesso em: 25 jan. 2018.

BARRETO, Pedro Henrique. **História - Seca, fenômeno secular na vida dos nordestinos**. Ano 6. Edição 48. 2009. Brasília. IPEA. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1214:reportagens-materias&Itemid=39>. Último acesso em 09 jan. 2018.

BEZERRA, Maria da Conceição Dantas Moura. **Desenvolvimento e autonomia das mulheres: uma avaliação do POPMR na região oeste potiguar – 2008/2012**. Dissertação (Mestrado). Disponível em: <<file:///C:/Users/vania/Dropbox/Bibliografia%20básica/Dissertação%20Maria%20da%20Conceição.pdf>>. 2013. Último acesso em: 20 out. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Caatinga**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/biomas/caatinga>>. Último acesso em: 10 dez. 2017.

BUTTO, Andrea. **Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania**. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda (Orgs.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CAMPOS, Nivalda Aparecida. **A grande seca de 1979 a 1983: Um estudo de caso das ações do Governo Federal em dias sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns)**. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/1484/DissNAC.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Último acesso em 27 jan. 2018.

CARDIM, Sílvia Elisabeth de C. S.; VIEIRA. Paulo de Tarso Loguércio; VIÉGAS. José Leopoldo Ribeiro. **Análise da Estrutura Fundiária Brasileira**. INCRA - Departamento de Análise Estatística. Brasília – DF. 2017. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/analise-balanco-e-diagnosticos/analise_de_estrutura_fundiaria_brasileira.pdf>. Último acesso em: 18 jan. 2018.

CARVALHO, Livia Hernandez. **A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes**. Revista IDEAS, v. 4, n. 2, p. 395-428, 2010.

COELHO, Sonia; DE ROURE. Sara. **Desafios para enfrentar a violência transformando as bases da desigualdade**. In: MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. CANUTO. Antônio; LUZ, Cássia Regina da Silva; ANDRADE, Thiago Valentim Pinto. (Coordenação). Goiânia. CPT Nacional – Brasil, 2016. Disponível em: <[file:///C:/Users/vania/Downloads/Conflitos%20no%20Campo%202016%20WEB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/vania/Downloads/Conflitos%20no%20Campo%202016%20WEB%20(1).pdf)>. Último acesso em: 22 dez. 2017.

Comissão Pastoral da Terra (CPT). **Nota pública: Cansado do descaso das autoridades, o povo de Correntina reage em defesa das águas**. 2017. Disponível em <<https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/acoes-dos-movimentos/4101-nota-publica->

cansado-do-descaso-das-autoridades-o-povo-de-correntina-reage-em-defesa-das-aguas>. Último acesso em: 03 jan. 2018.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. EMBRAPA. **‘O semiárido pode produzir e viver com mais qualidade’**, diz presidente da Embrapa. 2013. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1495299/o-semiarido-pode-produzir-e-viver-com-mais-qualidade-diz-presidente-da-embrapa>>. Último acesso em: 26 jan. 2018.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. EMBRAPA. **Sobre o MATOPIBA**. 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>>. Último acesso em: 17 dez. 2017.

FARIA, Nalu. 2014. **“Patriarcado considera que o mundo é dos homens, e as mulheres lhe são subalternas”**. Entrevista disponível em: <<http://www.sof.org.br/2014/03/12/patriarcado-considera-que-o-mundo-e-dos-homens-e-as-mulheres-lhe-sao-subalternas/>>. Último acesso em 25.jan.2018.

FARIA, Nalu. **A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero**. 2011. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2011/06/20/a-divisao-sexual-do-trabalho-como-base-material-das-relacoes-de-genero/>>. Último acesso em: 05.jan.2018.

FARIA, Nalu. **As trabalhadoras do campo: diversidade e formas de inserção no mundo do trabalho**. In: LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira (Orgs). Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP: Unicamp. IE. Cesis, jun. 2017.

FARIA, Nalu; MORENO. Renata. **Feminismo e Integração da América Latina e Caribe**. Publicação da SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2007, p.08. Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/07/caderno_10.11.07.pdf>. Último acesso em: 24 jan. 2018.

GODINHO, Tatau. **Construir a igualdade combatendo a discriminação**. In: GODINHO, Tatau SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

GONZALEZ, Amelia. O Globo. **A história do homem que criou as cisternas e melhorou a vida do semiárido**. 01 nov. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/nova-etica-social/platb/2013/11/01/a-historia-do-homem-que-criou-as-cisternas-e-melhorou-a-vida-do-semiarido/>>. Último acesso em: 02 dez. 2017.

GUMIERO, Rafael. CEPAL – Coleção Documentos de projeto. **O Nordeste em dois tempos: a “Operação Nordeste” e a Política de Desenvolvimento Regional do Governo Lula**. 2014. Disponível em: <

<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36674/S2014151_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Último acesso em: 04 jan. 2018.

HIRATA, Helena. **O que mudou e o que permanece no panorama da desigualdade entre homens e mulheres? Divisão sexual do trabalho e relações de gênero numa perspectiva comparativa.** In: LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira (Orgs.). Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade/ – São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP: Unicamp. IE. CESIT, jun. 2017.

HIRATA, Helena. **Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”?** In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

HIRATA, H. - **Globalização, Trabalho e Tecnologias: Uma perspectiva de Gênero.** In Revista Presença de Mulher- n.30, São Paulo. 1997.

HIRATA, H. e KERGOAT D.- **A Classe Operária Tem Dois Sexos.** In: Revista Estudos Feministas. Vol.2 N.3/1994. IFCS/UFRJ-PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro.

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013. 96 p. - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

IBGE Cidades Panorama. 2017. População Município de Iramaia. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/iramaia/panorama>>. Último acesso em: 29 out. 2017.

IBGE. Semiárido Brasileiro. 2017. Áreas Especiais. **Cadastro de Municípios localizados na Região Semiárida do Brasil.** Descrição. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/semiariado.shtm?c=4>>. Último acesso em: 22 nov. 2017.

KERGOAT, Danièle. **Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva.** In: MORENO, Renata (Org.). Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014.

KERGOAT, Danièle. **Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho** (2009). In: LOPES, M.J.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (Orgs.). Gênero e saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

KERGOAT, Danièle. **Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo** (2003). In: Este artigo foi publicado no Dictionnaire critique du féminisme, organizado por Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré, Danièle Senotier. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set. /dez. 2007.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 1914-1985. 4ª edição – São Paulo. Companhia das Letras, 2012.

LEONE, Eugenia Troncoso. **Os impactos do crescimento econômico com inclusão social na participação das mulheres no mercado de trabalho**. In: LEONE, Eugenia Troncoso; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres / Campinas, SP: Unicamp. IE. CESIT, jun. 2017.

MALVEZZI, Roberto. **A Irrigação e a Seca**. 2/05/2013. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2013/05/02/a-irrigacao-e-a-seca-artigo-de-roberto-malvezzigogo/>>. Último acesso em: 02 jan. 2018.

MALVEZZI, Roberto. **DNOCS X convivência com o Semiárido**. Fevereiro de 2012. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/node/8820/>>. Último acesso em: 03 jan. 2018.

MALVEZZI, Roberto. REVERS. Isidoro. **O Futuro do Agro e Hidronegócio. Elaboração. Comissão Pastoral da Terra. As Perspectivas do Uso da Água e dos Solos no Brasil**. Ago. 2009. Disponível em: <http://www.asabrazil.org.br/sugestao-de-leitura?cat_show=137>. Último acesso em: 10 dez. 2017.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido - uma visão holística**. – Brasília: CONFEA, 2007. 140p. – (Pensar Brasil).

MALVEZZI, Roberto. **Transposição, a hora da verdade**. 2017. <http://robertomalvezzi.com.br/2017/03/06/transposicao-a-hora-da-verdade/>. Último acesso em: 01 maio de 2018.

Marcha Mundial das Mulheres (MMM). **Quem somos?** 2017. Informações disponíveis em: <<http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/>>. Último acesso em: 27 dez. 2017.

MENDONÇA, Heloisa; ROSSI, Marina. El País Brasil. 13 nov. 2015. **As mulheres estudam mais e continuam ganhando menos no Brasil**. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/13/politica/1447423205_196245.html>. Último acesso em: 07 de janeiro de 2018.

MORENO, Renata. **A economia na agenda política do feminismo**. In: MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.

MOTA, Urariano. **Alagoas na NET. Trechos da entrevista da socióloga Walquiria Leão Rego por ocasião do lançamento do seu livro com Alessandro Pinzani, “Vozes do Bolsa Família”**. Disponível em: <<http://www.alagoasnanet.com.br/v3/o-bolsa-familia-mexeu-com-o-coronelismo/>>. Último acesso: 30 jan. 2018.

NETO, Cícero Onofre de Andrade. **Aproveitamento Imediato da Água de Chuva**. Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais (GESTA) 73 Gesta, v.1, n.1 – Andrade Neto, p. 073-086, 2013 – ISSN: 2317-563X.

NETO, Lira. **Padre Cícero: De maldito a santo**. Revistas Aventuras na História. 2009. Informações disponíveis em: <<http://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/padre-cicero-de-maldito-a-santo.phtml#.WmnqpainHIU>>. Último acesso em: 25 jan. 2018.

ONU. Radio ONU. **Mulheres gastam 200 milhões de horas por dia coletando água no mundo**. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2016/08/mulheres-gastam-200-milhoes-de-horas-por-dia-coletando-agua-no-mundo/#.Wk1JYN-nHIU>>. Último acesso em: 06 jan. 2018.

ONU. **Violência, pobreza, trabalho precário e exclusão política ameaçam autonomia da mulher, alerta CEPAL**. 2016. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/violencia-pobreza-trabalho-precario-e-exclusao-politica-ameacam-autonomia-da-mulher-alerta-cepal/>>. Último acesso em: 03 jan. 2018.

PARADIS, Clarisse. **A luta política feminista para despatriarcalizar o Estado e construir as bases para a igualdade**. In: MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.

PARADIS, Clarisse. **Entre o Estado patriarcal e o feminismo estatal: o caso dos mecanismos institucionais de mulheres na América Latina**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

PRAGANA, Verônica. **Premiado pela ONU, Programa Cisternas pode ter corte de 92% no orçamento para 2018**. ASACOM. 2017. Disponível em: <http://asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=10334>. Último acesso em: 12 dez. 2017.

RAMOS, Márcio. **"VIDA MARIA" curta-metragem.** 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4>. Último acesso em: 01 nov. 2017.

RIBEIRO, Manoel Bonfim. **Rede de açudes do Nordeste a maior do planeta Terra.** 2010. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2010/03/28/rede-de-acudes-do-nordeste-a-maior-do-planeta-terra-artigo-de-manoel-bomfim-ribeiro/>>. Último acesso em: 20 dez. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica.** Educação&Realidade. 20(2):71-99 jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan. **O enigma da igualdade.** Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005

SILVA, Ligia Maria de Medeiros; CAMPOS. José Dias; NETO. José Rego. **Participação das mulheres na gestão da água captada da chuva e armazenada em cisternas, na região do médio sertão paraibano.** Seminário: Captação e Manejo de Água de Chuva para Sustentabilidade de Áreas Rurais e Urbanas – Tecnologias e Construção da Cidadania Teresina, PI, 11 a 14 jul.2005.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. **Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade.** In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

SOARES, Vera. **Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes.** In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

SUCUPIRA, Fernanda; FREITAS. Taís Viudes de. **As desigualdades de gênero nos usos do tempo.** In: MORENO, Renata (Org.). Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014.

TEIXEIRA, Marilane. **O desmonte da Previdência Social e as mulheres.** Disponível em <<http://plataformapoliticasocial.com.br/o-desmonte-da-previdencia-social-e-as-mulheres/>>. Último acesso em: 21 out.2017.

UNESCO. Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos. Água para um Mundo Sustentável. **Sumário Executivo**. 2015.

WWF Brasil. **Biomás Brasileiros. Caatinga.** Disponível em:
<https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/questoes_ambientais/biomás/bioma_caatinga/>.
Último acesso em: 25 jan. 2018.

7. ANEXOS

Anexo 1: GUIA PARA ENTREVISTAS DAS MULHERES

1. Nome:
2. Idade:
3. Estado civil:
4. Escolaridade mulher: Escolaridade marido: Escolaridade filhos:
5. Nasceu no município?
6. Tem Filhos? Quantidade de filhos?
7. Tem irmãos? Quantos?
8. Características da habitação. Quantas pessoas moram neste domicílio? Características gerais dos moradores. Rendimento familiar.
9. Como é realizado o trabalho doméstico no domicílio? A mulher realiza sozinha? Há divisão de trabalho doméstico e de cuidado entre mulheres e homens? Você considera a jornada de trabalho das mulheres é maior que a dos homens? Porque? Atividades como limpar uma casa, faxinar, ir a feira e cuidar dos filhos são tarefas exclusivas suas, enquanto mulher, ou há divisão de tarefas com os homens? Ou quando as tarefas são divididas é com outra mulher? Quanto tempo você gasta em tarefas domésticas? E tarefas de cuidado? Existem tarefas domésticas realizadas pelos homens?
10. Água/Cisternas: Como é o seu dia a dia quando o assunto é água?

<p>Qual as principais atividades no seu dia a dia?</p> <p>Como era antes e depois das cisternas? Você acha que mudou alguma coisa no seu cotidiano ou continua igual?</p> <p>A sua família adquiriu água de qualidade para o consumo e higiene pessoal depois da cisterna?</p> <p>Você dedica algum tempo para a manutenção e cuidado da cisterna? Essa tarefa é só sua ou é compartilhada com mais alguém?</p> <p>Com as cisternas sobra tempo para você? Com a água na porta, dá para descansar mais?</p> <p>Sem a necessidade de caminhar para buscar água, você utiliza como esse tempo “livre” que antes era utilizado nas caminhadas em busca de água?</p>
<p>11. Você participa ou participou de algum curso de capacitação para o manejo da cisterna e da água?</p>
<p>12. Você participa de alguma entidade? Exemplo Sindicato de trabalhadoras/es rurais? Associação? Pastoral? Etc.</p>
<p>13. O que você pensa sobre o programa? Mudaria alguma coisa? Acrescentaria alguma coisa?</p>

Anexo 2: QUESTÕES PARA ENTREVISTA COM AS/OS EXECUTORAS/ES DO PROGRAMA

1. A quem cabe a tarefa de abastecer os lares com água?
2. Em geral, como é o dia a dia das mulheres da região quando o assunto é água?
3. O que é o programa P1MC? Desde quando é implementado?
4. A cisterna é construída por pedreiros e pedreiras das próprias localidades?
5. Elas/es são capacitadas/os pelo P1MC?
6. Quantas cisternas já foram construídas no município?
7. O P1MC proporciona alguma transformação na vida das mulheres? Em caso de resposta afirmativa: De que forma o P1MC vem transformando a vida das mulheres da região?
8. As cisternas contribuem também para o processo de organização da comunidade?
9. Com as cisternas, as famílias adquiriram água de qualidade para o consumo humano?
10. Qual a interferência do acesso a água potável na vida dessas famílias? E das mulheres?
11. Sem a necessidade de buscar água, as mulheres se dedicam a outras atividades da casa, à lavoura, à educação dos filhos, participam das atividades sociais e políticas de sua comunidade?

12. Em que outras frentes do programa P1MC as mulheres estão atuando?
13. De que forma as novas atribuições das mulheres contribuem para modificar a realidade socioeconômica e cultural da região?
14. De que forma o programa afetou as relações de gênero e a autoestima das mulheres na região?
15. O que é o curso de gestão hídrica? O que você pensa sobre esse curso?
16. Você acha que é uma política pública importante para as mulheres sertanejas? Sim? Não? Porque?

Anexo 3: CARTA DAS MULHERES DO SEMIÁRIDO - 1º Encontro de Mulheres do Semiárido (Alagoas, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), na cidade de Crateús – Ceará.

“As mulheres do semiárido são como as águas, quando juntas, crescem e se movimentam”.

Nós, mulheres do campo e da cidade do Semiárido Brasileiro, estivemos reunidas nos dias 03 e 04 de junho, no 1º Encontro de Mulheres do Semiárido (Alagoas, Ceará, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe), na cidade de Crateús – Ceará. Éramos cerca de 80 mulheres entre agricultoras experimentadoras, artesãs, lideranças comunitárias e agentes Cáritas envolvidas nas ações de Convivência com o Semiárido e com a Economia Popular Solidária. O encontro teve um grande significado político para a reflexão sobre a realidade, a participação e a organização política das mulheres, a inserção das mulheres no mundo do trabalho, conquistas, desafios e para o intercâmbio de experiências. Acreditamos que este encontro pode representar um marco na organização política das mulheres que convivem com o semiárido, que expressaram o desejo de continuidade da realização de Encontros semelhantes.

Tomando como pressupostos as nossas experiências concretas de vida e os princípios feministas, como a liberdade, a autonomia e auto-organização das mulheres, refletimos e consideramos que:

- O semiárido é um território diverso e plural. Somos mulheres jovens, crianças, adolescentes, adultas e idosas; somos rurais e urbanas; indígenas, negras e brancas; ateias, do candomblé, da umbanda, cristãs; lésbicas, bi e heterossexuais. Está diversidade é cotidianamente ameaçada pelo patriarcado, racismo e capitalismo que estão presentes nas relações sociais e nos diversos espaços e instituições como as famílias, as escolas, as igrejas, o Estado, os sindicatos, as associações comunitárias, os partidos políticos e até mesmo os movimentos sociais.
- Vivemos numa sociedade marcada pelo patriarcado, que é um sistema de poder que hierarquiza as relações de gênero, a partir da falsa ideia de que os homens são superiores às mulheres. Baseado nesse fundamento os homens ocupam os espaços de poder e de tomada de decisão, desconsiderando o pensamento, a voz e os interesses das mulheres. Estamos ausentes ou sub-representada nas

instâncias de tomadas de decisão, como coordenações, direções, em espaços como a prefeitura, governos do estado, câmaras municipais, assembleias estaduais e Congresso Nacional;

- Também vivemos numa sociedade racista que historicamente é movida pela ideia de que existem raças biológicas entre humanos e uma suposta hierarquia entre elas, onde negras/os são inferiorizados. O racismo está presente no cotidiano sendo praticado não apenas por pessoas, mas também por instituições, onde uma das estratégias é negar a existência da população negra e da sua contribuição para o país.

- Vivemos numa sociedade capitalista que divide nossa sociedade entre pobres e ricos, onde estes transformam tudo em mercadoria: terra, água, sementes, alimentos e a nossa biodiversidade. Esta prática, associada ao latifúndio, ao agronegócio e hidronegócio, à produção de alimentos transgênicos, à monocultura, ao uso de agrotóxicos e, muitas vezes, à exploração do trabalho escravo, além de degradar o Semiárido brasileiro - nosso solo, água, causando aquecimento global, desertificação - gera desigualdades e injustiças sociais e econômicas.

- O comportamento de mulheres e homens e as desigualdades de gênero são considerados naturais, de ordem biológica, fazendo-nos acreditar que sempre foi assim e sempre será, criando e reproduzindo estereótipos de gênero e não permitindo que a sociedade tenha consciência de que as diferenças e desigualdades entre mulheres e homens são socialmente construídas e podem ser transformadas;

- Quando as mulheres ousam romper com os estereótipos e adotam comportamentos fora dos padrões, os homens não aceitam e tem gerado uso da violência contra as mulheres (física, sexual, psicológica, patrimonial e moral) para resolver os conflitos familiares;

- Dentro da divisão sexual do trabalho, somos responsáveis quase exclusivas para realizar o trabalho de cuidado com as pessoas, principalmente crianças e doentes, e fazer o doméstico (cozinhar, lavar e engomar roupas, varrer e arrumar a casa, lavar a louça, fazer a gestão da água...), mesmo quando trabalhamos também fora do espaço doméstico, o que sobrecarrega a vida das mulheres. Quando trabalhamos fora do espaço doméstico nosso trabalho é desvalorizado e muitas vezes recebemos um menor salário do que os homens para exercer a mesma função;

- Mesmo que tenhamos um papel fundamental na agricultura familiar, nosso trabalho é desvalorizado e invisibilizado, criando a falsa ideia de que não somos economicamente ativas e dificultando nosso reconhecimento como profissional e conseqüentemente, impedindo a garantia de direitos como o salário-maternidade e aposentadoria;

- O Estado brasileiro tem dificuldade de nos reconhecer como agricultoras quando não nos enquadrarmos no padrão preconceituoso de que a mulher agricultora tem que ter calos nas mãos, os pés rachados, unhas quebradas, cabelos mal cuidados, andar desarrumada... Esse olhar limitado e preconceituoso acaba retardando ou impedindo o acesso às políticas públicas e conseqüentemente, nossos direitos;
- O engajamento das mulheres nas ligas camponesas e nos Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, nos movimentos de mulheres camponesas e nos movimentos feministas tem contribuído para a auto-organização das mulheres camponesas, a sua participação política e o fortalecimento das lutas por seus direitos, o que significou ao longo das últimas 6 décadas, maior autonomia, liberdade e a conquista e garantia dos direitos das mulheres camponesas, contestando e desconstruindo as desigualdades de gênero.

Nesse contexto desafiante, temos participado efetivamente da construção de novos cenários no Semiárido Brasileiro, denunciando as opressões, experimentando práticas tradicionais e novas de convivência com o semiárido e propondo alternativas solidárias, justas e sustentáveis. As ações de Convivência com o Semiárido e de Economia Popular Solidária, desenvolvidas pela Cáritas Brasileira, na produção e comercialização de alimentos, no apoio aos projetos viabilizados pelos Fundos Rotativos Solidários, na experiência de educação contextualizada e na preservação das sementes crioulas, tem propiciado a nós mulheres:

- Armazenamento e melhor gestão da água da chuva, através das cisternas de placas, o que reduz significativamente nosso trabalho na busca de água e nos garante água de qualidade para o consumo humano, prevenindo a família de doenças como diarreia e verminose;
- Armazenamento e melhor gestão de água para a produção de alimentos através das implementações do Programa Uma Terra e Duas Águas (cisterna calçadão, cisterna de enxurrada, barreiro trincheira, barragem subterrânea), ampliando da segurança hídrica e soberania alimentar das mulheres;
- Aprendizado de técnicas produtivas agroecológicas, sistemas simplificados de irrigação e aperfeiçoamento da nossa capacidade de selecionar e armazenar as sementes nativas, a partir das casas de sementes, o que tem ressignificado nossos quintais e valorizado o trabalho das mulheres na produção de alimentos e plantas medicinais;

- Maior oportunidade de beneficiamento e comercialização dos produtos da agricultura familiar, assim como maior aperfeiçoamento e comercialização do artesanato feito pelas mulheres, ampliando assim nossos rendimentos;
- Maior organização, articulação e intercâmbio de experiências entre as mulheres produtoras nos espaços de comercialização como as feiras agroecológicas e as redes de economia solidária;
- Maior participação, protagonismo e empoderamento das mulheres e das jovens nas experiências de Convivência com o Semiárido e Economia Popular Solidária e sistematização dessas, favorecendo nossas falas e a expressão das nossas visões de mundo, das opressões sofridas, dos sonhos, das propostas. O protagonismo das mulheres influencia a formação das suas filhas e netas, que crescem aprendendo a valorizar e perceber as potencialidades do semiárido. Mesmo com estas conquistas, os desafios permanecem, pois são de ordem estrutural e sua desconstrução exige ação permanente para garantir e ampliar os direitos das mulheres. Diante disso, para fortalecer ainda mais a luta das mulheres do semiárido, consideramos que Cáritas Brasileira precisa:

- Refletir e ampliar a compreensão de que existem vários “modelos” de famílias nas análises da realidade, nos momentos de formação e nas próprias experiências;
- Identificar e divulgar para as mulheres a rede de proteção pública de atendimento às vítimas de violência (Delegacia das Mulheres, Casas Abrigo, Centros de Referência, Juizado Especializados...)
- Realizar atividades específicas de formação e debate com as mulheres das comunidades e agentes Cáritas, refletindo sobre a realidade das mulheres, as relações desiguais de gênero, a violência contra as mulheres, estimulando e assegurando uma maior participação das mulheres nos espaços Políticos.
- Garantir durante a realização de atividades (como encontros e seminários) espaços de acolhimento e com atividades para as crianças;
- Refletir, produzir material e incidir nas políticas públicas para que o Estado abandone a visão preconceituosa da imagem da mulher agricultora e passe a considerá-la como sujeito de direitos;
- Promover Educação contextualizada não sexista e não racista (tomando como base a Lei 10.639/2003), buscando influenciar nas políticas públicas;

- Construir alternativas e reivindicar políticas públicas para juventude, para além do apoio do trabalho como agricultor/a;
- Refletir e combater sobre o racismo e como ele afeta diretamente a vida das mulheres negras;
- Estimular e promover o diálogo inter-religioso na rede Cáritas e junto às comunidades, respeitando e valorizando a sua religiosidade;
- Compreender e refletir melhor sobre a realidade das comunidades quilombolas e indígenas, considerando suas especificidades históricas, culturais, sociais e políticas...
- Apoiar e estimular a participação das mulheres nas Conferências de Políticas Para as Mulheres, animando-as participar de editais e capacitando-as para elaborar projetos;
- Articular as diversas políticas públicas: Trabalho, Assistência Social, Saúde, etc., na defesa dos direitos das mulheres;
- Intensificar/Articular estratégias de comercialização dos produtos da Economia Popular Solidária para comercialização, cadastramento e divulgação dos produtos.
- Construir e adotar metodologias de trabalho específicas que valorizem, deem visibilidade e proporcionem o fortalecimento, autonomia e liberdade das mulheres.

Seguiremos em movimento, construindo nossa história, na defesa e na luta pela garantia e ampliação dos direitos das mulheres. Esperamos que as reflexões apresentadas nesta carta, nossas conquistas e desafios possam orientar e desafiar, ainda mais, a Cáritas Brasileira na ação de convivência com o Semiárido e Economia Popular Solidária, reafirmando e fortalecendo o compromisso com os direitos das mulheres, aspecto fundamental na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Anexo 4: CARTA DAS MULHERES DO SEMIÁRIDO - Encontro Mulheres do Semiárido, 06, 07 e 08 de novembro de 2017 – Natal , RN

O avanço do neoliberalismo e o fortalecimento do conservadorismo aprofunda, em todo o mundo, a desigualdade, ampliando a mercantilização da vida, dos territórios, da biodiversidade e dos corpos das mulheres. No Brasil, este quadro se imprime em retrocessos de direitos por meio de um golpe à democracia. Neste contexto, nós, mulheres do semiárido, reunidas em Natal, RN, nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2017, denunciemos:

- A invasão do capital sobre os nossos territórios através do agro e hidronegócio que tem desapropriado as mulheres de suas terras, retirado a sua autonomia e capacidade produtiva e de ação política como sujeito;
- O desmonte de direitos e políticas públicas que ameaçam as conquistas das mulheres trabalhadoras rurais, em especial a seguridade social que vinha garantindo às mulheres rurais o direito de envelhecer com dignidade, uma assistência que considera a divisão sexual do trabalho e o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural e que está sendo ameaçada pela reforma da previdência do governo golpista;
- A destruição dos espaços de participação política como conselhos, fóruns e conferências que tiveram papéis históricos na proposição de políticas públicas nos últimos anos;
- O desmonte das políticas de convivência com o semiárido que demonstra a estratégia do governo golpista em destruir a capacidade organizativa e propositiva de bem viver dos povos do sertão para retornar às práticas do clientelismo que por anos dominaram a nossa região
- A violência contra a mulher nos espaços públicos e privados que se sustenta na articulação do patriarcado e do capital materializada na desapropriação de seus territórios, na perda de direitos, e no avanço do conservadorismo seja nas instituições religiosas e/ou estatais;

As mulheres do semiárido têm demonstrado historicamente que são capazes de montar estratégias para enfrentar e derrotar o avanço do neoliberalismo e conservadorismo. A constituição de um feminismo popular e militante constrói um projeto de sociedade pautado na autonomia das mulheres, na convivência e na agroecologia. As experiências de auto organização, produção de

alimentos saudáveis, de captação e reuso de água, das guardiãs da biodiversidade, de lutas unificadas e de enfrentamento à divisão sexual do trabalho tem concretizado o nosso projeto de um semiárido vivo e igual.

Nesta perspectiva, propomos:

- Um combate cotidiano contra a invasão do capital através dos grandes projetos do agro e do hidronegócio, das empresas eólicas e minerações e da mercantilização da nossa terra, água, ar, sol e as pessoas para o capital estrangeiro;
- Uma luta permanente pelo retorno da democracia e pela ampliação de participação popular; – Uma luta ampla e unificada contra a reforma da previdência, o desmonte das políticas de convivência com o semiárido: Nenhum direito a menos;
- Luta contínua de enfrentamento à toda e qualquer forma de violência contra a mulher fortalecendo redes de acolhimento, grupos de auto-organização das comunidades e a marcha pela vida das mulheres e pela agroecologia;
- O compromisso com o debate da divisão sexual do trabalho e a construção de instrumentos de luta como a campanha pela divisão justa do trabalho, a auto-organização das mulheres, a escola feminista do semiárido;
- O fortalecimento da auto-organização das mulheres fomentando uma rede de Mulheres do Semiárido. Com isso, reafirmamos que a nossa capacidade organizativa e de unificação das lutas serão capazes de responder às adversidades desta conjuntura e apontar para um semiárido vivo com homens e mulheres livres.

As mulheres são a resistência. Sem feminismo não há convivência!